

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	3
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	13
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	16
INVESTIMENTOS	25
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO.....	27
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	27
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	27
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	28
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	29
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	30
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	35
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	36
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	38
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	39
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	40
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	41
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	42
1. CONTEXTO OPERACIONAL	42
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	43
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	45
4. DAS CONCESSÕES	46
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	48
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	49
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	51
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	52
10. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	53
11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	54
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	55
13. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	55
14. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	55
15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	56
16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	59
17. FORNECEDORES.....	63
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	63
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	64
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	66
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	66
22. PROVISÕES.....	71
23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	78
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	79
25. RECEITA.....	82
26. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	83
27. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	83
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	85
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	86
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	88
31. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	95
32. SEGUROS.....	97
33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	98
34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E EXTRAORDINÁRIO	98
35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	98
36. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	99
37. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	103
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	105
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	107

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cemig Distribuição S.A., para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi de grandes desafios para a Companhia.

Apesar de todas as dificuldades no ambiente macroeconômico, que também se refletiram no setor de energia, tivemos conquistas em 2015 que nos permitem um olhar otimista em relação ao futuro da Companhia.

Como principal destaque, tivemos a renovação da nossa concessão por mais 30 anos, contados a partir de 2016, o que nos dá a segurança para o planejamento de longo prazo de nossas operações, visando o atendimento aos requisitos regulatórios, estabelecidos no contrato de concessão, e também garantir a rentabilidade e retorno adequado aos nossos acionistas.

Obtivemos um prejuízo líquido de R\$163 milhões, comparado a um lucro de R\$ 7 milhões em 2014. Estamos empenhados na melhoria da nossa eficiência operacional, principalmente no atual cenário econômico, e temos a meta desafiadora e prioritária de ajustar os nossos custos aos limites estabelecidos na regulação do setor de distribuição de energia, mas sem prejudicar a qualidade na prestação dos nossos serviços aos clientes da Cemig.

No que se refere ao nosso endividamento, temos um montante de dívida relevante com vencimento para 2016, mas que já está sendo objeto de negociação com as instituições financeiras e com perspectivas muito positivas de rolagem, com novos prazos de vencimento no longo prazo, criando mais liquidez para a Companhia e menor pressão no seu caixa.

Adicionalmente, apesar de todos os desafios enfrentados no ano, investimos em 2015 quase R\$1 bilhão, o que demonstra o compromisso com a qualidade dos nossos serviços e com a comunidade onde atuamos.

Esses investimentos relevantes feitos pela Cemig D se refletem nos indicadores de qualidade e satisfação dos nossos clientes. Em 2015 atendemos aos indicadores regulatórios que medem a frequência e duração das interrupções de energia e também conquistamos o 1º lugar no Prêmio IASC 2015 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) na categoria Região Sudeste – acima de 400 mil consumidores, o que é motivo de orgulho para nós.

Em momentos de incerteza, a questão da sustentabilidade ganha ainda mais destaque. Reafirmamos o nosso compromisso com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, o que se manifesta na presença da Cemig, controladora da Cemig D, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, em que está presente desde 1999, e também participação constante em vários indicadores de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento externo de nosso compromisso e das nossas ações de sustentabilidade.

No próximo ano, sabemos que os desafios continuarão presentes. Apesar de podermos prever um cenário de baixa demanda de energia elétrica e com maior exigência de controle da inadimplência e do caixa, estamos preparados para lidar com esse momento de incerteza e instabilidade, com a convicção de que nossas ações garantirão a sustentabilidade das nossas operações e o retorno adequado do investimento e confiança depositado pelos acionistas da Companhia.

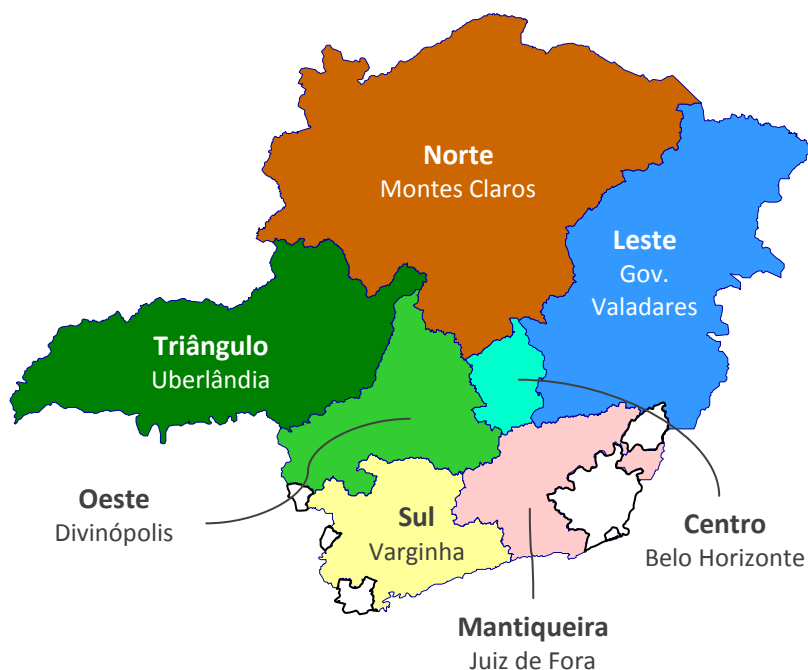
Temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e demais partes interessadas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 494.550 km de redes de distribuição (101.454 km em área urbana e 393.096 km de redes rurais) e 16.160 km de linhas de distribuição, com 8.078 milhões de consumidores finais faturados em 2015.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em 2015 (6.532.169 consumidores) 11,22% são consumidores de baixa renda (733.017 consumidores).

Área de Atuação



Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão do Grupo Cemig

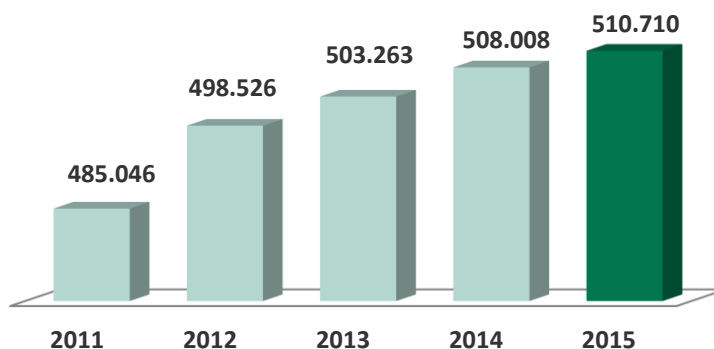
Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das redes e linhas de distribuição da companhia nos últimos 5 anos.

Redes de Subtransmissão e Distribuição (Km)



Ligação de consumidores

No ano de 2015 foram realizadas 87.667 novas ligações com destaque para os residenciais com 86.209. Em contrapartida tivemos reduções de 16.120 consumidores, sendo 5.441 comerciais, 9.036 rurais e 1.643 industriais. A Companhia possui um total de 8.078.889 consumidores atendidos, (8.078.467 consumidores finais e 422 energia transportada), número 0,9% superior ao de 2014.

Consumidores cativo – Incremento

Consumidores	2015	2014	2013	2012	2011
Residencial	86.209	196.587	216.463	170.298	87.733
Industrial	(1.643)	(136)	(306)	168	1.163
Comércio, Serviços e Outros	(5.441)	10.446	18.801	20.560	60.824
Rural	(9.036)	17.249	10.391	6.481	120.881
Poder Público	690	1.701	6	827	984
Iluminação Pública	119	166	394	60	50
Serviço Público	649	601	593	370	176
Total	71.547	226.614	246.342	198.764	271.811

Comportamento do Mercado

A energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras, com acesso às redes da Cemig D, no período de janeiro a dezembro de 2015, totalizou 42.086.806 MWh, com decréscimo de 5,3% em relação a 2014.

Esse resultado é a composição da redução de consumo no mercado cativo de 2,1% e do decréscimo no uso da rede pelos clientes livres de 10,2%.

O consumo de energia elétrica no ano de 2015, de uma forma geral, foi afetado pelas condições adversas das conjunturas política e econômica nacional e os sucessivos aumentos de tarifas de energia elétrica que, associados à aplicação da bandeira tarifária, resultaram em significativo aumento no valor da conta de energia.

Em dezembro de 2015 foram faturados 8.079.645 consumidores, com crescimento de 0,9% na base de consumidores, em relação a dezembro de 2014. Desse total, 422 são clientes livres que utilizam a rede de distribuição da Cemig D.

O desempenho das classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir.

Residencial

O consumo residencial representa 23,3% da energia distribuída pela Cemig D e totalizou 9.829.992 MWh, com decréscimo de 1,8% no ano de 2015, frente ao ano de 2014.

A redução do nível de consumo nas residências pode ser explicada pelos aumentos da tarifa de energia elétrica e aplicação da bandeira tarifária no ano de 2015, com a diminuição do rendimento real das pessoas ocupadas ao longo do ano.

O consumo médio mensal por consumidor no ano de 2015 foi de 126,5 kWh/mês, que corresponde a uma redução de 3,6% comparativamente a 2014 (131,2 kWh/mês), situação não observada desde o ano de 2008.

Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres representa 44,3% do volume de energia distribuída da Cemig D e totalizou 18.652.730 MWh no ano de 2015, com redução de 10,0% em relação a 2014.

O comportamento desta classe está alinhado com a contínua retração da atividade econômica estadual e nacional e do desempenho da economia internacional:

- i. Redução da produção física face ao volume de estoque indesejado e menor demanda dos mercados, levando ao aumento da capacidade ociosa do parque fabril e à redução no nível da utilização de mão de obra (redução turno/jornada de trabalho, várias férias coletivas, aplicação do programa de proteção ao emprego e demissões de empregados);
- ii. Falta de confiança dos empresários e baixos níveis de investimento privado e público;
- iii. Incertezas nos cenários político e econômico nacional e, também, internacional;
- iv. Custo do crédito para pessoa jurídica com elevada taxa de juros e maior seletividade na concessão de financiamentos, e
- v. Diminuição da demanda externa, com a redução das exportações nacionais e a perda de participação no mercado internacional para outros fornecedores estrangeiros.

A taxa de redução é impactada por diferente base de comparação com o ano de 2014, cujo mercado continha (I) parcela de clientes livres que migraram para a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional e (II) clientes livres que deixaram de utilizar a rede da Cemig D em 2015.

A Indústria Extrativa detém 17,6% de participação no consumo total de energia da classe e apresentou redução de consumo de 0,7% no ano de 2015, em relação a 2014.

Na Indústria de Transformação observa-se redução de consumo disseminada entre todos os seus setores, com destaque para: Metalurgia / Siderurgia (-2,0%), Minerais Não Metálicos (-7,7%), Químico (-9,6%), Metalurgia / Ferroligas (-44,6%), Metalurgia / Metais Não Ferrosos (-10,8%), Veículos Automotores (-16,1%) e Têxtil (-11,9%).

Comercial e Serviços

A energia utilizada pelos clientes cativos e a energia transportada para os clientes livres equivale a 15,4% da energia distribuída pela Cemig D no ano de 2015 e atingiu o montante de 6.471.679 MWh, com decréscimo de 0,2% frente a 2014.

A redução de consumo pode ser explicada pelo menor número de consumidores faturados, com o fechamento de pontos comerciais e de serviços em função da retração da atividade econômica, e possível adoção de medidas para redução de consumo, devido ao aumento do custo da energia no ano de 2015.

- I. Os setores com maior participação na classe apresentaram comportamentos distintos:
- II. crescimento de consumo em Comércio Varejista (0,3%), Comércio Atacadista, exceto veículos (1,4%), Telecomunicação (2,3%) e Atividades de Atenção a Saúde (4,6%), e
- III. redução no consumo de energia em Alojamento e Alimentação (-3,6%), Atividades Serviços Financeiros (-0,5%), Alojamento (-0,9%), Educação (-0,9%) Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros (-6,6%), e Comércio e Reparação de Veículos e Motos (-4,3).

Rural

O consumo da classe rural, no montante de 3.379.734 MWh, corresponde a 8,0% da energia distribuída pela Cemig D e decresceu 0,3% no ano de 2015, frente a 2014, com o segmento de irrigação apresentando um decréscimo de consumo de 1,9% e a agropecuária um crescimento de 0,6%.

A redução de consumo ocorreu devido ao menor uso dos sistemas de irrigação e à elevação do preço da energia no ano de 2015, impactando o custo de produção.

Demais Classes

A classe Serviço Público, com consumo de 1.204.461 MWh, teve redução de 5,3% devido a menor utilização de energia elétrica nas instalações de reservatórios com anúncio de baixo nível de armazenamento e de captação de água.

A energia transportada para outras distribuidoras, no montante de 330.317 MWh, apresenta decréscimo de 1,4% em função da postergação de faturamentos do mês de dezembro de 2015 para o mês de janeiro de 2016.

A energia fornecida para as demais classes – Poder Público, Consumo Próprio e Iluminação Pública, totalizou 2.255.554 MWh, com crescimento de 1,3%, em relação a 2014.

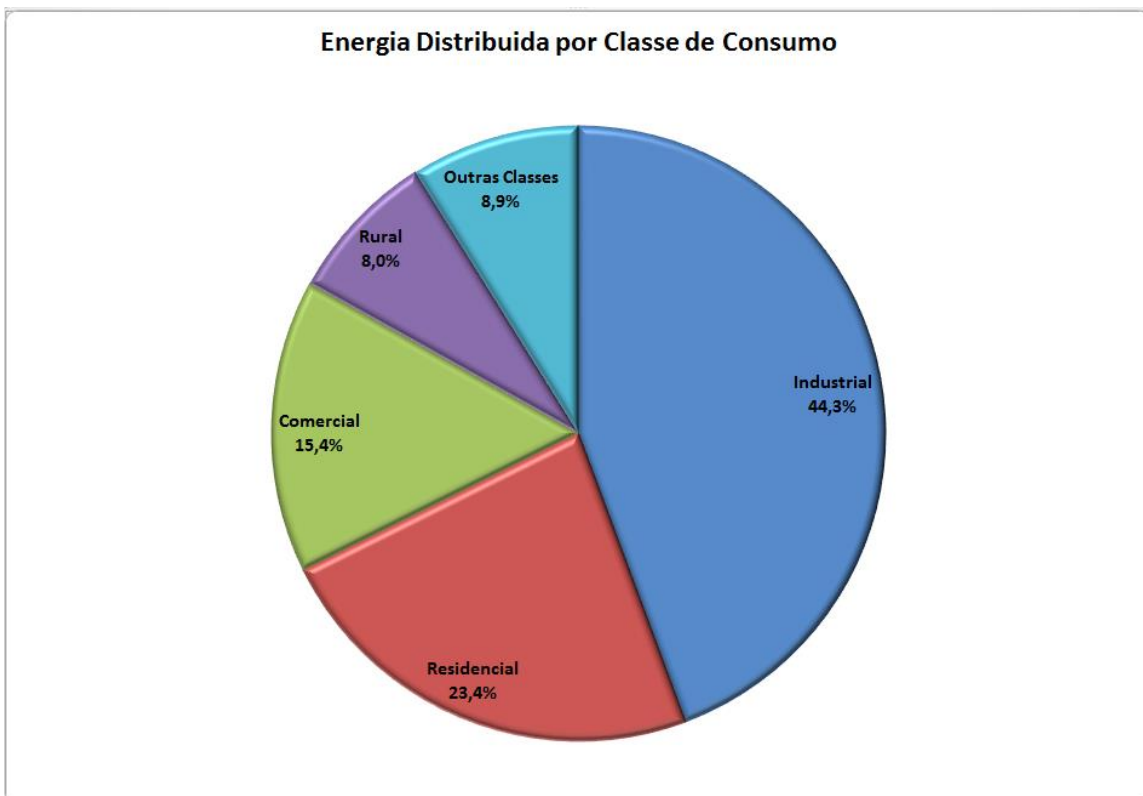
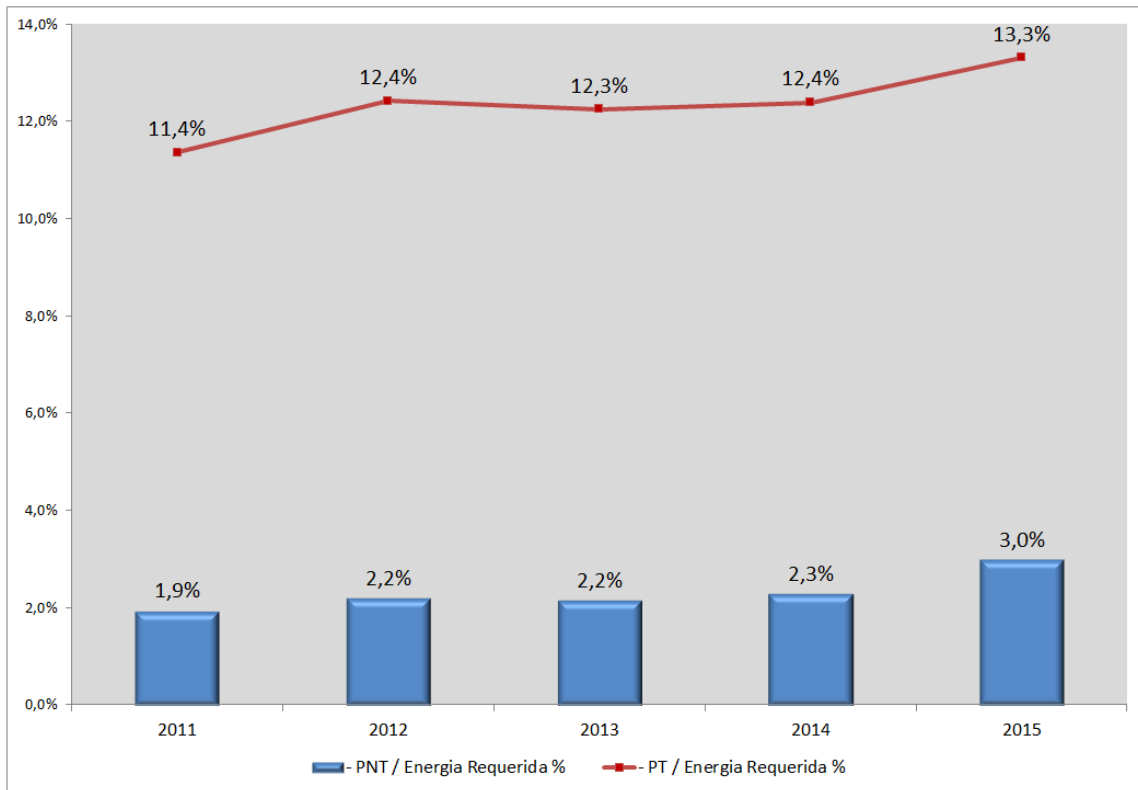
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - MWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	24.227.447	24.599.436	25.609.817	26.973.079	26.415.816
Fornecimento	24.227.447	24.599.436	25.609.817	26.973.079	26.415.816
Residencial	8.548.212	8.870.990	9.473.426	10.013.757	9.829.992
Comercial	5.180.848	5.438.451	5.693.262	6.030.715	6.026.533
Industrial	4.718.812	4.174.465	4.044.861	4.076.645	3.757.203
Rural	2.632.721	2.857.117	3.028.459	3.390.096	3.379.734
Poderes Públicos	801.574	830.705	860.709	891.454	892.368
Iluminação Pública	1.195.078	1.241.927	1.267.202	1.298.047	1.325.525
Serviço Público	1.150.202	1.185.781	1.241.898	1.272.365	1.204.461
Uso da Rede de Distribuição	20.350.339	19.933.209	19.445.337	17.448.476	15.670.990
Consumidores Livres/Dist./Ger.	20.350.339	19.933.209	19.445.337	17.448.476	15.670.990
Total	44.577.786	44.532.645	45.055.154	44.421.555	42.086.806
Variação		-0,10%	1,17%	-1,41%	-5,26%

Balanco Energético

Energia Requerida	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	24.227.447	24.599.436	25.609.816	26.973.079	26.415.817
- Fornecimento	24.227.447	24.599.436	25.609.816	26.973.079	26.415.817
- Consumidores Livres / Dist. / Ger.	20.350.339	19.933.209	19.445.337	17.448.476	15.670.990
Mercado Atendido	44.577.786	44.532.645	45.055.153	44.421.555	42.086.807
Perdas na Rede Básica	443.642	418.291	437.029	465.180	528.263
Perdas na Distribuição	5.268.692	5.898.293	5.853.461	5.816.560	5.933.209
- Perdas Técnicas	4.292.056	4.783.516	4.748.328	4.658.483	4.480.759
- Perdas não Técnicas - PNT	976.636	1.114.777	1.105.133	1.158.077	1.452.450
- PNT / Energia Requerida %	1,9%	2,2%	2,2%	2,3%	3,0%
Perdas Totais - PT	5.712.334	6.316.584	6.290.490	6.281.740	6.461.472
- PT / Energia Requerida %	11,4%	12,4%	12,3%	12,4%	13,3%
Total	50.290.120	50.849.229	51.345.643	50.703.295	48.548.279

As perdas totais de energia sobre a energia requerida sofreram acréscimo de 0,9% em 2015 comparado com o resultado de 2014. Este comportamento foi influenciado pelo cenário macroeconômico e a crise hídrica que o Brasil passou nos últimos anos, devido à elevação nas tarifas de energia elétrica e o redespacho das usinas hidrelétricas que impactou tanto as perdas não técnicas como as perdas técnicas.



Número de consumidores

O número de consumidores, cativos e livres, faturados em 2015 apresentou um crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores cativos e livres	2015	2014	Var %
Residencial	6.532.169	6.445.960	1,3
Comercial	714.433	719.874	(0,8)
Industrial	75.085	76.728	(2,1)
Rural	678.742	687.778	(1,3)
Outros	78.460	76.997	1,9
Total	8.078.889	8.007.337	0,9

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2015, atingiu R\$363,22/MWh, comparada a R\$228,24 em 2014, um aumento de 59,14%.

Tarifa Média	2015	2014
Residencial	411,21	262,93
Comercial	380,60	245,11
Industrial	315,38	187,14
Rural	285,84	170,06
Poder Público	382,56	247,87
Outros	302,94	188,62
Média	363,22	228,24

Renovação de concessões

A Cemig Distribuição tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de distribuição de energia elétrica.

Os contratos de concessão de distribuição da Cemig D foram prorrogados por mais 30 anos, agora consolidados em apenas um, conforme termos da Lei nº 12.783/13. A prorrogação, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

O reajuste tarifário anual da Cemig D foi transferido, a partir de 2016, de 8 de abril para 28 de maio, e no quinto ano, conforme estabelecido em contrato, ocorrerá a revisão tarifária, neste mesmo mês. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de price-cap.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel definiu o índice médio de 7,07% para o reajuste das tarifas de energia elétrica da Companhia, que passou a vigorar a partir de 8 de abril de 2015.

O aumento para o consumidor residencial foi de 5,93%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido foi de 8,12%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 6,56%.

Do valor cobrado na fatura, 20,6% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, essa parcela é chamada de Parcela B. Os demais 79,4% são repassados para cobrir a compra da energia (31,1%), tributos (24,8%) e demais encargos setoriais (23,5%).

As condições hidrológicas dos últimos dois anos, repercutindo em plena utilização das usinas termoelétricas, bem mais caras que a geração tradicional hidroelétrica, oneraram as tarifas para os consumidores, pois concomitantemente trouxeram a necessidade de cobertura adicional da CDE para energia em função de empréstimos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Conta ACR), aportes do Tesouro Nacional e Conta de Variação dos Itens da Parcela A – CVA energia. Ademais a CDE da TUSD teve um acréscimo de 10 vezes em relação ao valor estabelecido em 2014.

Conforme determina a Constituição Federal, a Cemig é obrigada a realizar a cobrança de tributos diretamente na conta do consumidor e repassá-los às autoridades competentes.

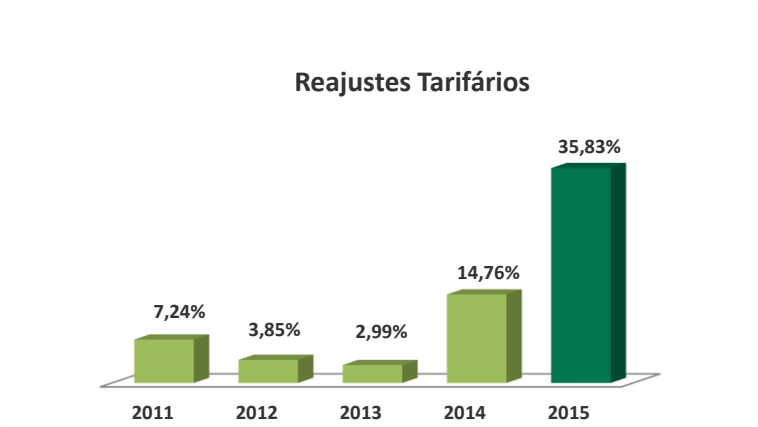
Os tributos PIS/PASEP e COFINS são exemplos de contribuições cobradas diretamente na fatura, destinadas a manter programas sociais do governo federal. O ICMS, um tributo estadual, é cobrado diretamente na fatura do consumidor e repassado integralmente ao governo estadual.

Também é cobrada a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), cujos valores são definidos pelas prefeituras. A Cemig apenas arrecada a taxa de iluminação pública e a repassa para o município, que é o responsável pelos serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública.

Nos 774 municípios de Minas Gerais onde a Cemig distribui energia, mais de 660 mil consumidores são rurais e cerca de um milhão são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio, pagando valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta num desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajuste Tarifário extraordinário

No início de janeiro de 2015 ocorreu um aumento expressivo da despesa com o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que associado aos altos custos com compra de energia, levou as distribuidoras a solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária, homologada pela Aneel. Para a Cemig D, o reajuste autorizado foi de 28,76%.



Obs.: O reajuste tarifário de 2015 está composto de 7,07%, em vigor a partir de 08 de abril de 2015 e 28,76% de reajuste extraordinário em vigor a partir de 02 de março de 2015.

Bandeiras tarifárias

As Bandeiras Tarifárias, implementadas em 2015, tem como conceito o gerenciamento do balanço do setor pelo lado da demanda, sinalizando aos consumidores quando há escassez na oferta de energia e melhorar a sincronização entre o balanço de pagamentos das distribuidoras com aquisição de energia e as tarifas cobradas dos consumidores, evitando que as empresas sofram impactos financeiros e tenham sua capacidade de investimento afetada em função de custos com compra de energia que não foram considerados nas tarifas.

Ao longo de 2015, sempre vigorou a Bandeira Vermelha, sendo que a mesma sofreu três variações de preços. De janeiro a março a Bandeira Vermelha foi de R\$0,30/MWh. A partir de março, ficou em R\$0,55/MWh até final de agosto, quando passou a custar R\$0,45/MWh.

Gestão das Perdas

O Índice de perdas totais da Distribuição em 2015 foi de 12,52%, sendo 9,46% referentes às perdas técnicas e 3,06% relativos às perdas não técnicas. Esse resultado está acima da meta regulatória estabelecida para o final de 2015, que é de 10,76%.

Em 2015, a Aneel alterou significativamente a metodologia de cálculo de perdas técnicas para o próximo ciclo de revisão tarifária, com estabelecimento de limites desafiadores para os próximos anos. A Cemig, já vem conduzindo trabalhos para a implementação da nova metodologia, na expectativa de no próximo ciclo, ter a totalidade de suas perdas técnicas reconhecidas na tarifa.

Nesse ano, foram adotadas ações específicas para a mitigação das Perdas Técnicas através de investimentos na sua rede, o que inclui a instalação de novos conjuntos de medição.

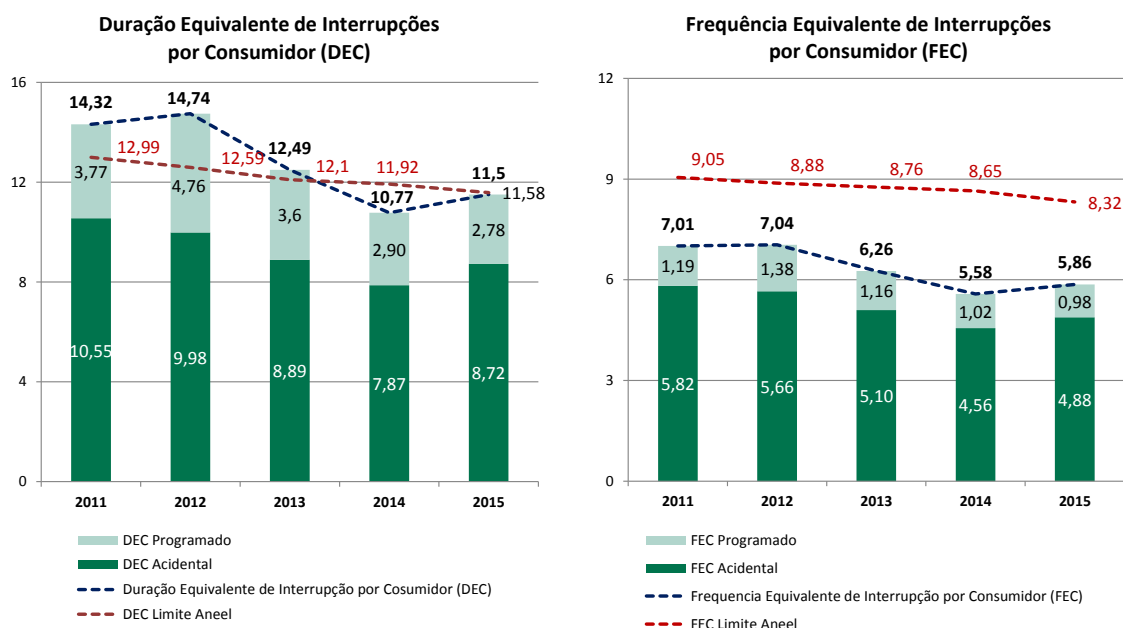
Com relação à gestão das Perdas Não Técnicas, em 2015 foram realizadas 56 mil inspeções em unidades consumidoras, agregando receitas adicionais de R\$78 milhões.

Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos softwares de seleção de alvos de inspeção, aperfeiçoamentos na qualidade e na produtividade do processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte bem como a modernização do parque de medição através da substituição de aproximadamente 72 mil medidores obsoletos.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no Fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente Interrupções por Consumidor). Observa-se uma melhoria contínua e destacada dos valores destes indicadores, atendendo aos padrões estabelecidos pela Aneel, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.



Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Energia Requerida	DEC (horas)	FEC (horas)	Tempo de Espera (horas)
2011	14,32	7,00	4,53
2012	14,74	7,05	4,68
2013	12,49	6,26	4,70
2014	10,77	5,58	4,38
2015	11,54	5,88	4,81

Política de Atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 622 Postos de Atendimento. Em 2015 foram registrados 10,4 milhões de contatos através deste canal.

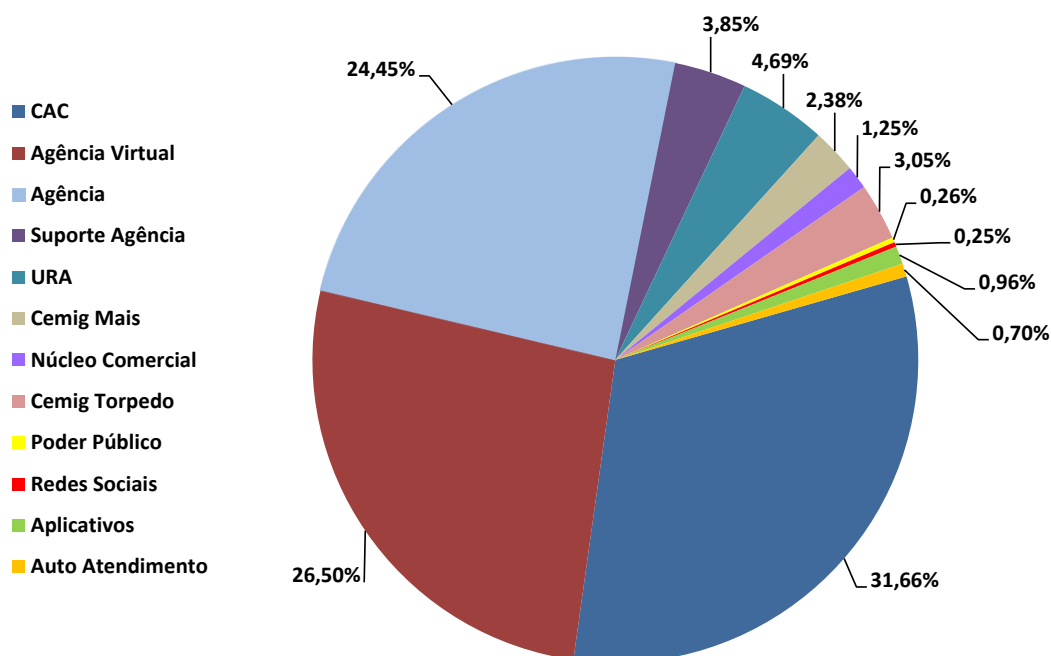
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e TWITTER) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2015 foi de 11,5 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2015 foram recebidas 1,21 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2015 mais de 9,7 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve mais de 38 milhões de atendimentos em 2015, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

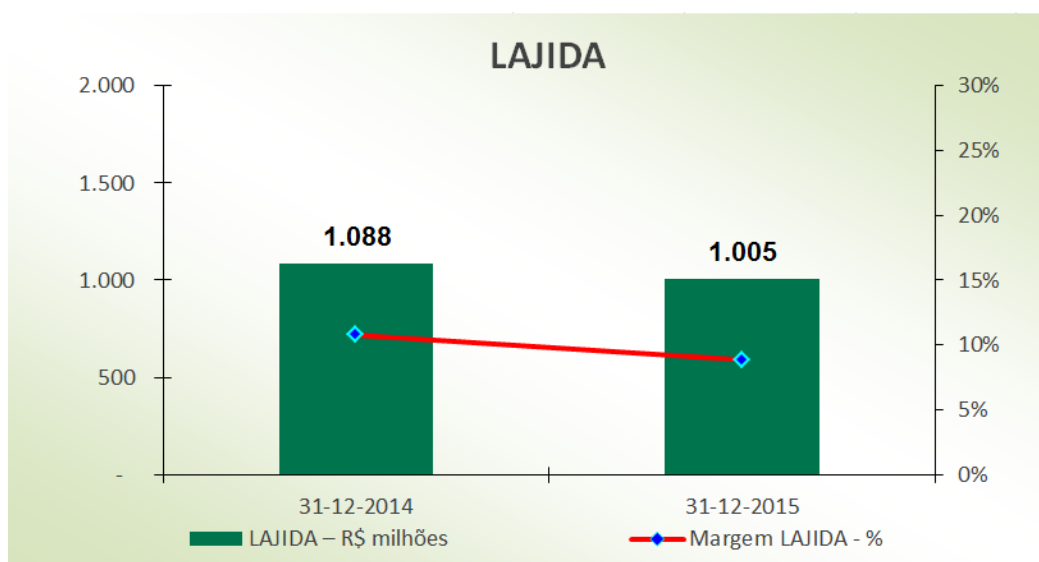
Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2015, um prejuízo de R\$163 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$7 milhões no exercício de 2014. As principais variações na comparação dos resultados de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição em 2015 apresentou uma redução de 7,63% em comparação com 2014.

LAJIDA - milhões	2015	2014 Não Auditado	Var %
Resultado do Exercício	(163)	7	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(19)	(48)	(60,42)
+ Resultado Financeiro Líquido	568	451	25,94
+ Amortização	619	678	(8,70)
= LAJIDA	1.005	1.088	(7,63)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis Regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2015 em comparação a 2014 deve-se, principalmente, ao aumento de 14,69% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação a um aumento na receita líquida de 12,30%. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 10,77% em 2014 para 8,86% em 2015.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	R\$ Mil	
	2015	2014 Não Auditado
Fornecimento - Faturado	9.595	6.156
Energia Elétrica de Curto Prazo	50	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado		
Consumidores Cativos	6.661	5.234
Consumidores Livres	1.500	893
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	1.963	816
Fornecimento não faturado	259	53
Constituição e Amortiz. – Ativos Financeiros Setoriais	1.704	763
Serviços Cobráveis	13	11
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	996	790
Outras Receitas	185	238
Total	20.963	14.138

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (compreende a Receita de Fornecimento Faturado e Não Faturado e Receita com Consumidores Cativos) foi de R\$16.515 milhões em 2015, em comparação a R\$11.443 milhões, no mesmo período de 2014, representando um aumento de 44,32%. Os principais impactos na Receita em 2015 decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (feito integral em 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a dezembro de 2015;
- Redução de 2,07% no volume de energia vendida.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh Mil (1)		
	2015	2014	Var %
Residencial	9.830	10.014	(1,84)
Industrial	3.757	4.077	(7,85)
Comércio, Serviços e Outros	6.027	6.031	(0,07)
Rural	3.380	3.390	(0,29)
Poder Público	892	891	0,11
Iluminação Pública	1.326	1.298	2,16
Serviço Público	1.204	1.272	(5,35)
Total	26.416	26.973	(2,07)

(1) Informações sobre MWh não foram auditadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 7,85% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2015, a receita correspondeu a um total de R\$1.500 milhões, comparada a R\$893 milhões em 2014, o que representa um aumento de 67,97%.

Esta variação decorre, principalmente, do impacto tarifário de 8,79% para os consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 e novo aumento de 96,21% ocorrido em 2015 (Reajuste Tarifário Extraordinário ocorrido em março somado ao Reajuste Tarifário Anual ocorrido em abril). Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. O reajuste na tarifa foi parcialmente compensado pelo desaquecimento das atividades do setor industrial no período, que apresentou uma redução de 10,59% na quantidade de energia distribuída.

Ativos Financeiros Setoriais

A Companhia reconhece em suas Demonstrações Contábeis Regulatórias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$1.704 milhões em 2015 (R\$763 milhões em 2014).

Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 14,92% nos períodos comparados (R\$1.194 milhões em 2015, em comparação a R\$1.039 milhões em 2014) decorrente, principalmente, do aumento de R\$206 milhões na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$9.620 milhões em 2015 comparados a R\$4.037 milhões em 2014, representando um aumento de 138,30%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.845 milhões em 2015 comparados a R\$194 milhões em 2014. Essa variação decorre do novo orçamento para a CDE em 2015, em que a ANEEL elevou o montante anual a ser pago pela Cemig D, sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Em 2015, com a instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a Companhia apresentou Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias incidentes sobre a receita no montante de R\$1.067 milhões.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A”

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$6.993 milhões em 2015 comparados a R\$5.834 milhões em 2014, um aumento de 19,87%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 20,74% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$4.098 milhões no exercício de 2015, comparados a R\$3.394 milhões no exercício de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- Aumento de 108,92% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.734 milhões no exercício de 2015, comparados a R\$830 milhões no exercício de 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real no exercício de 2015, comparado ao exercício anterior. O Dólar médio relativo às faturas em 2015 foi de R\$3,38, em comparação a R\$2,35 em 2014, o que representou uma variação de 43,83%;
- redução de 24,67% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2015 (R\$849 milhões em 2015 e R\$1.127 milhões em 2014).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$813 milhões em 2015 comparados a R\$550 milhões em 2014, representando um aumento de 47,82%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 26 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Custos Gerenciáveis – Parcela “B”

Os custos gerenciáveis – Parcela “B” foram de R\$3.150 milhões em 2015 em comparação com R\$3.307 milhões em 2014, representando uma redução de 4,75%.

A principal variação nos custos gerenciáveis refere-se às provisões operacionais, que foram de R\$209 milhões em 2015 comparados a R\$300 milhões em 2014, uma redução de 30,33%. Destaca-se a redução das provisões trabalhistas, R\$7 milhões em 2015 em comparação a R\$179 milhões em 2014 em função, principalmente, da provisão de R\$90 milhões feita em 2014 referente ao questionamento judicial pelas entidades sindicais do acordo coletivo de novembro de 2012, com decisão desfavorável à Companhia no TST. Maiores informações na nota explicativa nº 22.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro em 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$568 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$451 milhões em 2014, representando um aumento de 25,94%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação monetária relativa aos saldos de Ativos Financeiros Setoriais, que representou uma receita financeira líquida de R\$68 milhões em 2015;
- R\$120 milhões decorrentes da atualização monetária de depósitos vinculados a litígios;
- aumento de 30,33% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$550 milhões em 2015 comparados a R\$422 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação deste indexador, que foi de 13,23% em 2015 em comparação a 10,81% em 2014;
- aumento de 61,54% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$273 milhões em 2015 comparados a R\$169 milhões em 2014. Este resultado decorre da maior variação do IPCA no período (10,67% em 2015 em comparação a 6,41% em 2014);

- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, sendo o montante em 2015 de R\$168 milhões comparados a R\$26 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (47,01% em 2015 em comparação a 13,39% em 2014).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na nota explicativa nº 28 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, em 2015, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$19 milhões em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$181 milhões, representando um percentual de 10,50%. Em 2014, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$48 milhões em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$41 milhões, representando um percentual de 117,07%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.598 milhões. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos empréstimos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, já estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2016 para o longo prazo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$319 milhões, em comparação com R\$314 milhões em 31 de dezembro de 2014. As razões para esta variação estão apresentadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2015, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2015 e 2014 totalizou R\$600 milhões e R\$358 milhões, respectivamente. O aumento do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2015, em comparação a 2014, deve-se principalmente ao repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT no montante de R\$1.529 milhões, parcialmente compensado pela redução do lucro líquido ajustado pelas operações que não afetam o caixa que foi de R\$713 milhões em 2014, em comparação a um prejuízo de R\$70 milhões em 2015.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

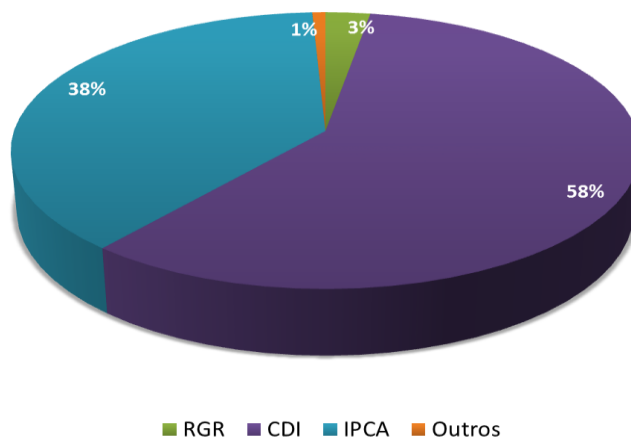
O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2015 e 2014 totalizou, respectivamente, R\$1.079 milhões e R\$806 milhões. O aumento nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2015, em comparação ao exercício anterior, decorre do maior volume de recursos aplicados em Títulos e Valores mobiliários em 2015 e maior volume de investimentos em Imobilizado em 2015, R\$894 milhões na comparação com R\$792 milhões em 2014.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$484 milhões, decorrente da captação de R\$2.469 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$1.968 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$117 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R\$75 milhões, decorrente da captação de R\$1.223 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$713 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$435 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2015

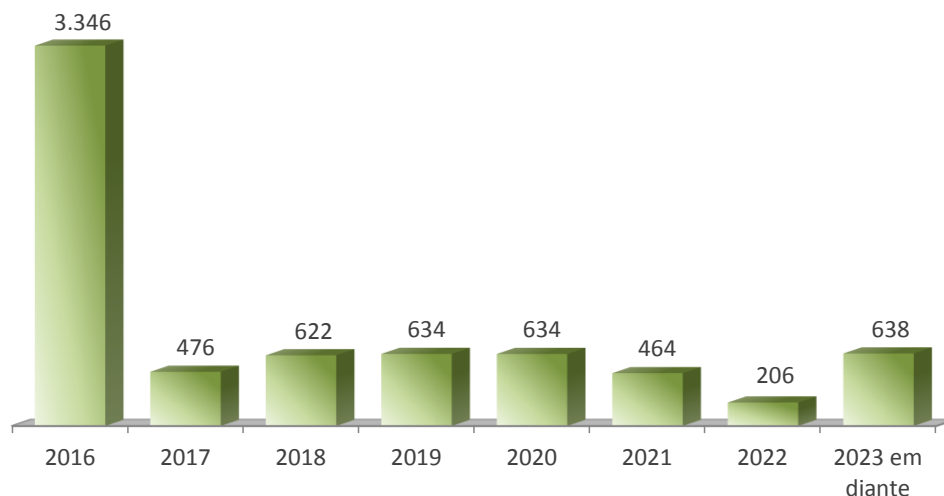


A composição da dívida da Cemig Distribuição é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 0,50%). O custo médio da dívida da Cemig D é de 4,01% a.a. (Custo Real) e de 14,31% a.a. (Custo Nominal), a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$7.020 milhões, tem um prazo médio de 3,2 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2015 (R\$ milhões)



A grande concentração de dívida vencendo no curto prazo resulta, em grande parte, da oitava emissão de notas promissórias comerciais, de R\$1.700 milhões, ocorrida em abril de 2015. Vale ressaltar, entretanto, que parte significativa desse compromisso, no valor de R\$1.615 milhões, já foi refinanciada em 2016 por meio da quarta emissão de debêntures, com prazo de 3 anos.

No ano de 2015, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig D seguindo a deterioração do quadro econômico no país. Em dezembro, a Standard & Poor's rebaixou o rating da Cemig D de brAA+ para brAA- na classificação nacional e de BB+ para BB na classificação global. A Fitch, em julho, também rebaixou o rating da empresa de AA(bra) para AA-(bra) na classificação nacional. Já a Moody's manteve o rating da empresa em Aa2.br na escala nacional e em Ba1 na escala global, sendo que, em dezembro, colocou-os em revisão para um possível rebaixamento.

Em fevereiro de 2016, a Standard & Poor's rebaixou o rating da Cemig D de brAA- para brA na classificação nacional e de BB para BB- na classificação global, em função do rebaixamento do risco soberano, e a Moody's rebaixou o rating da empresa de Aa2.br para A2.br na classificação nacional e de Ba1 para Ba3 na classificação global.

INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) representarão investimentos na ordem de R\$4,7 bilhões.

Em 2015, os investimentos foram de R\$817 milhões, sendo R\$234 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão, R\$562 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R\$ 21 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referentes aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P
Plano de Investimentos 2015	995.238	1.141.734	680.759	1.533.597	1.662.340

	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P
Plano de Investimentos 2014	706.895	539.049	515.338	911.531	682.556
Diferença	40,8%	111,8%	32,1%	68,2%	143,5%

O aumento do realizado em 2015 em comparação ao planejado em 2014 decorre da necessidade de aporte financeiro, em 2015, para atender o aumento das obras de mercado e também do programa de O&M.

Expansões do Sistema Elétrico – Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, de janeiro a dezembro de 2015.

Dos investimentos em alta tensão, foram construídas e/ou ampliadas 15 subestações e construídos, 3.728 km e 241 km de Linhas de Distribuição de Média e Alta Tensão, respectivamente.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2015				
	2013 Realizado	2014 Realizado	2015 Realizado	2016 Projetado	2017 Projetado	2018 Projetado	2019 Projetado	2020 Projetado
AIS Bruto¹	749.155	1.136.774	995.238	1.426.954	1.445.510	1.327.797	1.266.681	1.256.575
Transformador de Distribuição	105.675	151.871	269.451	67.792	123.586	65.467	62.047	67.296
Medidor	34.617	73.830	78.937	85.159	82.793	140.092	84.002	89.224
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	370.240	685.553	390.676	234.080	327.849	236.205	186.517	200.554
Redes Média Tensão (25 kV a 44 kV)	1.368	30	279	395.383	538.105	507.683	456.251	452.756
Redes Alta Tensão (69 kV)	10.963	17.829	37.274	162.501	85.295	116.498	139.193	170.033
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	49.789	49.370	76.390	229.294	144.311	147.868	243.345	186.931
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	364	745	47	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário de 69kV)	17.677	51.690	33.313	6.031	11.617	-	3.233	2.290
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	70.271	85.829	70.514	235.269	118.532	53.064	24.513	19.911
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	29	59	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	88.191	19.998	38.298	11.445	13.422	60.920	67.580	67.580
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(109.566)	(276.734)	(212.302)	(205.858)	(314.219)	(220.057)	(181.694)	(230.828)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(109.566)	(276.734)	(212.302)	(205.858)	(314.219)	(220.057)	(181.694)	(230.828)

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30 de abril de 2016 que, ao resultado do exercício societário, no montante de R\$370 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$19 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$35 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$57 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$259 milhões serão retidos no Patrimônio Líquido para utilização basicamente no Programa de Investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2015, foram realizadas 29 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2015 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Contábeis Regulatórias e as Demonstrações Financeiras societárias são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2015	% em relação à auditoria	2014	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras societárias	299	74,38	290	74,55
Auditoria de controles internos - SOX	88	21,89	85	21,85
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	15	3,73	14	3,60
	<u>402</u>	<u>100,00</u>	<u>389</u>	<u>100,00</u>
Serviços Adicionais:				
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	22	5,47	21	5,40
Total Geral	<u>424</u>	<u>105,47</u>	<u>410</u>	<u>105,40</u>

Os serviços adicionais foram contratados para o período de abril de 2015 a março de 2017, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem afetar os objetivos estratégicos. A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC da Companhia, que tem, ainda, como atribuições: suportar a Administração na definição das diretrizes, políticas e procedimentos e mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

Em 2015 novas iniciativas foram implementadas, com destaques para a revisão e atualização da Política de Gerenciamento de Riscos e o mapeamento dos principais riscos corporativos.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

O Grupo CEMIG investe anualmente um montante expressivo em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Deseja-se promover e viabilizar o ciclo completo da cadeia da inovação, desenvolver conhecimento e transformar boas ideias, experimentos laboratoriais bem sucedidos e qualidade de modelos matemáticos em resultados práticos que melhorem o desempenho das organizações e a vida das pessoas.

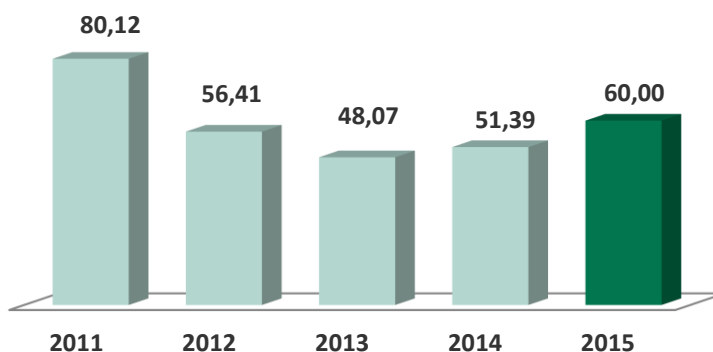
Em 2015, a Cemig D investiu R\$11,86 milhões em projetos de P&D.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80. A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual de 0,5% da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.

A Cemig Distribuição possui 16 projetos em andamento no valor de R\$60 milhões.

Realização do PEE



RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2015 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: Por meio do Programa de Subvenção, a Cemig concede 25% de desconto nas faturas de energia elétrica a instituições que prestam serviços de filantropia. Em 2015, 1.050 entidades foram beneficiadas com o Programa, totalizando R\$7,8 milhões em desconto em contas de energia.

O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Em 2015, aproximadamente 195 instituições receberam R\$48 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2015/2016 envolveu a participação de 1.782 empregados voluntários da Cemig, destinando recursos para 101 municípios com o intuito de beneficiar 196 instituições. O montante destinado foi de R\$2,5 milhões sendo R\$1,2 milhões pelos empregados e R\$1,3 milhões pela Companhia com atendimento de aproximadamente 25.000 crianças e adolescentes.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2015 foi superior a R\$58 milhões, com uma economia de energia de 5.868 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 5.046 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

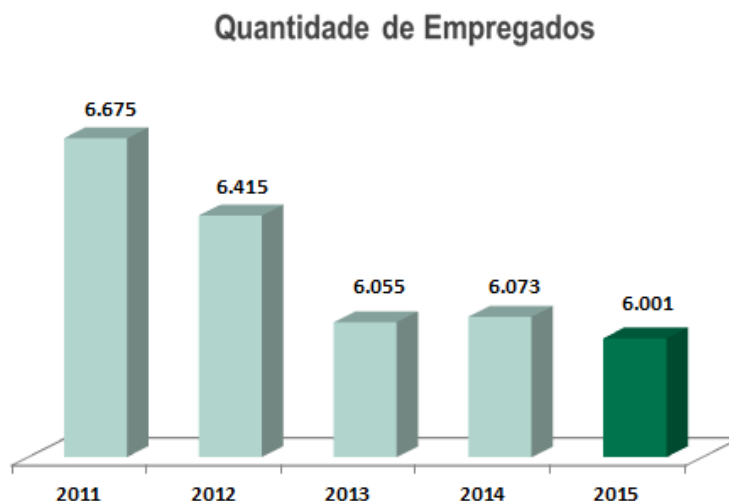
Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos o Projeto Conviver, iniciado em 2006, o Projeto Conviver orienta clientes de baixa renda sobre ações e medidas de eficiência energética. Em 2015 foram investidos R\$5,2 milhões com atendimento a mais de 5.323 famílias. Em 2015, foram substituídas 2.711 geladeiras antigas por geladeiras novas com selo Procel e 26.160 lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas. As geladeiras antigas e as lâmpadas, recolhidas pela Cemig, passam por um processo de reciclagem.

Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 6.675 empregados em 2011 para 6.001 em 2015, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Provimento

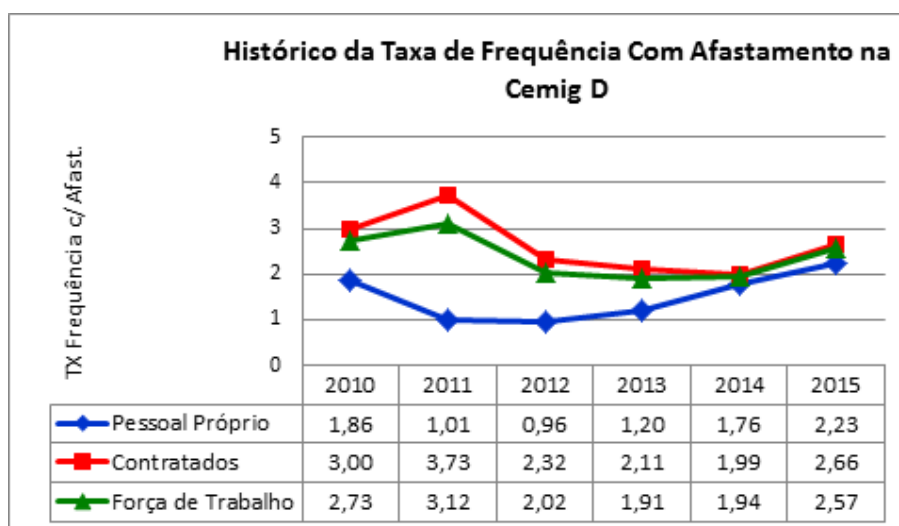
Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Empresa no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

Por meio do Programa Anual de Estágios curriculares, a Companhia proporcionou a 196 estagiários a oportunidade de desenvolvimento em sua área de formação, associando teoria e prática.

Com o Programa de Aprendizagem Cemig-Cesam, 212 adolescentes carentes desenvolveram novas competências, em função do aprendizado profissional, sob a supervisão de tutores empregados da Companhia.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em 2015, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho fechou no valor de 2,57, cerca de 32% a mais que em 2014, cuja taxa foi de 1,94.



A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a reduzir o TFA nos próximos anos.

UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2015, 12.140 participações e 297.747 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e também para treinamento de empregados de outras empresas. O valor investido total em ações de treinamento e desenvolvimento foi de R\$22,3 milhões.

Meio Ambiente

Em 2015, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$17,9 milhões. Destes, R\$836,4 mil foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig D possui 78,6% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 21,4% em processo de licenciamento.

Gestão de Resíduos

Em 2015 foram destinadas 47 mil toneladas de resíduos, sendo que 46,9 mil toneladas foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 113,4 toneladas foram coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial.

Foram encaminhadas para descontaminação e reciclagem 9,4 toneladas de lâmpadas fluorescentes queimadas e 1,1 toneladas de lâmpadas quebradas, provenientes de toda a área de concessão da Empresa. Além disso, foram coprocessadas 87,9 toneladas de resíduos impregnados com óleo.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Anualmente a Cemig publica Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig D em 2015, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio IASC (Índice Aneel de Sustentabilidade)

A Cemig D conquistou o 1º lugar no Prêmio IASC 2015 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) na categoria Região Sudeste – acima de 400 mil consumidores, concorrendo com oito grandes concessionárias da região. Essa é a quarta vez que a empresa recebe o Prêmio IASC, sendo também premiada nos anos de 2002, 2004 e 2006. O resultado alcançado pela Cemig, este ano, foi de 66,71% de aprovação, superando mais uma vez a média do Brasil, que foi de 57,03%.

Divulgado anualmente desde 2000, o IASC avalia o desempenho prestado pelas distribuidoras de energia em suas áreas de atuação. O prêmio é concedido anualmente, desde 2002, para incentivar a melhoria do serviço de distribuição no País.

Prêmio Época/Reclame Aqui Qualidade no Atendimento

Realizado pela Revista Época e o site Reclame Aqui, os vencedores são escolhidos por meio de votação popular no site da Reclame Aqui. A Cemig D foi vencedora na Categoria Serviços Públicos - Energia Elétrica, pelo terceiro ano consecutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Bruno Westin Prado Soares Leal
Mauro Borges Lemos	Samy Kopit Moscovitch
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Guy Maria Villela Paschoal	Flávia Miarelli Piedade
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Ricardo Coutinho de Sena	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
José Henrique Maia	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Charles Carvalho Guedes	Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Edson Moura Soares	Ari Barcelos da Silva
Márcio Almeida do Amaral	Aliomar Silva Lima
Ronaldo Dias	Alexandre Pedercini Issa
Bruno Gonçalves Siqueira	Rafael Pinto Queiroz Neto

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Mauro Borges Lemos	Diretor Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes	Diretor Vice-Presidente
César Vaz de Melo Fernandes	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Márcio Lúcio Serrano	Diretor de Gestão Empresarial
Eduardo Lima Andrade Ferreira	Diretor de Gás
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Comercial
Fabiano Maia Pereira	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014 Não Auditado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	318.834	313.799
Consumidores	8	2.496.149	1.371.126
Concessionárias e Permissionárias	8	156.141	219.770
Serviços em Curso		73.659	3.581
Tributos Compensáveis	9	330.479	306.002
Almoxarifado Operacional		27.664	28.950
Investimentos Temporários	7	253.280	101.617
Ativos Financeiros Setoriais	15	860.466	843.793
Despesas Pagas Antecipadamente		2.803	2.517
Outros Ativos Circulantes		522.724	696.509
TOTAL DO CIRCULANTE		5.042.199	3.887.664
Ativos de Operações Descontinuadas			
Bens Destinados à Alienação		1.778	641
NÃO CIRCULANTE			
Consumidores	8	58.453	202.733
Concessionárias e Permissionárias	8	75.237	6.172
Tributos Compensáveis	9	188.263	302.522
Depósitos Judiciais e Cauções	12	1.030.696	865.556
Investimentos Temporários	7	35.568	1.726
Tributos Diferidos	10	1.055.552	933.319
Ativos Financeiros Setoriais	15	489.190	262.882
Bens e Direitos para Uso Futuro		99	99
Outros Ativos Não Circulantes		6.690	40.435
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5.560	5.567
Imobilizado	16	12.437.656	12.353.863
Intangível	16	303.803	198.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.688.545	15.174.512
ATIVO TOTAL		20.730.744	19.062.176

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014 Não Auditado
CIRCULANTE			
Fornecedores	17	1.307.893	1.119.485
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	3.346.475	2.236.817
Obrigações Sociais e Trabalhistas		222.915	208.886
Benefício Pós-Emprego	21	119.803	109.879
Tributos	18	520.769	378.220
Encargos Setoriais	20	459.855	57.257
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		185.105	214.954
Outros Passivos Circulantes		477.144	320.881
TOTAL DO CIRCULANTE		6.639.959	4.646.379
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	3.673.567	3.811.433
Benefício Pós-Emprego	21	2.108.908	1.797.092
Tributos	18	612.622	615.485
Provisão para Litígios	22	291.169	303.122
Encargos Setoriais	20	129.952	190.668
Outros Passivos Não Circulantes		20.057	18.434
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	23	5.232.116	5.337.786
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.068.391	12.074.020
TOTAL DO PASSIVO		18.708.350	16.720.399
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	24	2.361.998	2.261.998
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(402.107)	(232.788)
Reservas de Lucros		735.957	453.017
Prejuízos Acumulados		(673.454)	(140.450)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.022.394	2.341.777
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.730.744	19.062.176

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014 Não Auditado
RECEITA	25	20.963.228	14.138.466
Fornecimento de Energia Elétrica		9.853.606	6.209.526
Energia Elétrica de Curto Prazo		50.231	-
Disponibilização do Sistema de Distribuição		8.161.716	6.127.209
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		1.703.627	762.573
Serviços Cobráveis		13.504	11.136
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		995.616	790.011
Outras Receitas		184.928	238.011
TRIBUTOS		(5.604.056)	(3.740.595)
ICMS		(3.658.807)	(2.564.586)
PIS-PASEP		(346.913)	(209.698)
COFINS		(1.597.902)	(965.884)
ISS		(434)	(427)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(4.016.307)	(296.480)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(45.151)	(46.633)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(45.151)	(46.921)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(2.844.510)	(194.303)
Taxa de Fisc. de Serv.de Energia Elétrica – TFSEE		(14.636)	(14.237)
Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias		(1.066.859)	-
Outros Encargos		-	5.614
RECEITA LÍQUIDA		11.342.865	10.101.391
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(7.806.135)	(6.384.095)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	26	(6.992.822)	(5.833.967)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(813.313)	(550.128)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		3.536.730	3.717.296
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.150.243)	(3.307.189)
Pessoal e Administradores	27a	(1.215.674)	(1.222.384)
Materiais		(50.651)	(79.997)
Serviços de Terceiros	27b	(697.484)	(735.982)
Arrendamentos e Aluguéis		(75.010)	(77.403)
Seguros		(1.985)	(1.908)
Doações, Contribuições e Subvenções		(10.175)	(15.101)
Provisões	27c	(209.072)	(300.473)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(58.014)	(39.095)
(-) Recuperação de Despesas		28.604	21.677
Tributos		(3.845)	(100.996)
Depreciação e Amortização		(618.646)	(678.424)
Gastos Diversos		(244.509)	(95.842)
Outras Receitas Operacionais		6.218	18.739
RESULTADO DA ATIVIDADE		386.487	410.107
Resultado Financeiro	28	(567.929)	(450.987)
Receitas Financeiras		660.883	300.230
Despesas Financeiras		(1.228.812)	(751.217)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		(181.442)	(40.880)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	18.647	48.231
Resultado Líquido do Exercício		(162.795)	7.351

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 Não Auditado
Resultado do Exercício	(162.795)	7.351
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	(248.276)	-
Diferenças Atuariais	(8.267)	(54.308)
Efeito de Imposto de Renda	87.224	18.465
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos	(169.319)	(35.843)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos	(332.114)	(28.492)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e Juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
(Não Auditado)	2.261.998	427.805	(196.945)	48.402	2.541.260
Resultado do Exercício	-	-	-	7.351	7.351
Ganhos e perdas atuariais	-	-	(35.843)	-	(35.843)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(35.843)	7.351	(28.492)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0582 por ação)	-	-	-	(131.610)	(131.610)
Dividendos Estatutários (R\$0,0820 por ação)	-	-	-	(103.087)	(103.087)
Dividendos extraordinários (R\$0,0752 por ação)	-	(170.000)	-	-	(170.000)
Constituição de Reserva Legal	-	21.495	-	(21.495)	-
Reavaliação Regulatória Compulsória	-	-	-	233.706	233.706
Retenção de Lucros	-	172.781	-	(172.781)	-
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	-	936	-	(936)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
(Não Auditado)	2.261.998	453.017	(232.788)	(140.450)	2.341.777
Resultado do Exercício	-	-	-	(162.795)	(162.795)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	(169.319)	-	(169.319)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(169.319)	(162.795)	(332.114)
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0150 por ação)	-	-	-	(35.000)	(35.000)
Dividendos Estatutários (R\$0,0668 por ação)	-	-	-	(155.355)	(155.355)
Aumento de capital	100.000	-	-	-	100.000
Constituição de Reserva Legal	-	18.510	-	(18.510)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	264.430	-	(161.344)	103.086
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	735.957	(402.107)	(673.454)	2.022.394

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014 Não Auditado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(162.795)	7.351
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	618.646	678.424
Baixas Líquidas de Imobilizado	129.633	53.355
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.647)	48.231
Juros e Variações Monetárias	642.867	585.786
Obrigações Pós-Emprego	214.401	224.413
Ativos e passivos setoriais	(1.703.627)	(762.573)
Provisões para Perdas Operacionais	209.072	300.473
	(70.450)	1.135.460
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores	(1.155.615)	(299.104)
Concessionários	(5.436)	4.323
Reembolso Subsídios Tarifários	273.201	(208.870)
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	38.587
Ativos Financeiros Setoriais	1.528.795	(128.456)
Depósitos Vinculados a Litígios	(45.605)	(11.595)
Tributos Compensáveis	132.068	198.768
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.286)	(14.139)
Subvenção Baixa Renda	3.863	(8.311)
Outros	(138.484)	(19.036)
	550.501	(447.833)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	341.882	12.447
Fornecedores	188.408	265.660
Obrigações Pós-Emprego	(149.204)	(139.918)
Salários e Encargos Sociais	14.029	3.358
Tributos e Contribuição Social	139.686	64.273
IR e CSLL a pagar	39.256	106.617
Outros	111.733	(55.674)
	685.790	256.763
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.165.841	944.390
Encargos de Dívidas Pagos	(510.036)	(365.592)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(55.618)	(220.881)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	600.187	357.917
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(893.789)	(791.609)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	(186.214)	(14.895)
Fundos Vinculados	709	977
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.079.294)	(805.527)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	2.469.014	1.223.490
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(1.967.754)	(713.181)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	(117.118)	(434.869)
Aumento de Capital	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	484.142	75.440
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.035	(372.170)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	313.799	685.969
No fim do exercício	318.834	313.799
	5.035	(372.170)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.078.467 consumidores em 31 de dezembro de 2015 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.597.760. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos empréstimos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, já estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2016 para o longo prazo. Cabe destacar que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R\$600.188 em 2015 e R\$357.917 em 2014.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Em 02 de maio de 2016, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Créditos tributários;
- Nota 16 – Depreciação e Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 23 - Amortização
- Nota 25 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;

2.5 Apresentação de saldo Iniciais

As Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR's estão sendo apresentadas pela primeira vez no formato determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e não incluem nota explicativa de reapresentação dos saldos iniciais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas definidas em normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, sendo as diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizadas para elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, mais detalhes sobre estas práticas contábeis na Nota Explicativa nº 2.7 das Demonstrações Financeiras societárias, mencionadas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2013, em função da divulgação do resultado da revisão tarifária da Companhia. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas Demonstrações Financeiras societárias, em decorrência da aplicação da interpretação técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, os saldos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Regulatórias no Imobilizado são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas Demonstrações Financeiras societárias as Obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo imobilizado.

4. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de Distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de produtividade, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita uma revisão tarifária extraordinária, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Renovação das Concessões

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário serão aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínima;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contratório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014 Não Auditado
Contas Bancárias	41.337	72.069
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	239.127	236.532
Overnight	38.370	5.198
	277.497	241.730
	318.834	313.799

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada (que varia entre 14,13% e 14,14%) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 30 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2015	2014 Não Auditado
Certificados de depósitos bancários	73.393	27.885
Letras Financeiras – Bancos	140.294	55.240
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	8.268
Debêntures	47.151	9.707
Fundos Vinculados	89	798
Outros	430	1.445
	288.848	103.343
Ativo Circulante	253.280	101.617
Ativo Não Circulante	35.568	1.726

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 116,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105,4% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 30. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 29.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total 2015	Total 2014 Não Auditado
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida				PDD	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PDD		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	1.556.364	628.215	128.767	68.694	298.178	(378.659)	31.801	196.574	16.864	84.837	(77.913)	2.553.722	1.572.981
Residencial	411.466	361.373	71.576	19.454	90.767	(171.105)	17.640	82.995	10.070	43.536	(41.744)	896.028	589.951
Industrial	48.826	57.882	9.935	10.703	85.521	(77.745)	2.880	18.437	1.466	16.803	(15.246)	159.462	40.384
Comercial	203.746	108.051	19.092	15.881	77.571	(94.368)	5.306	57.393	2.831	15.992	(14.160)	397.335	261.877
Rural	76.864	52.472	12.554	10.947	13.049	(14.857)	3.053	10.191	1.490	3.400	(2.349)	166.814	95.312
Poderes Públicos	38.265	30.476	9.851	8.340	6.879	(9.017)	1.485	21.352	473	2.580	(2.301)	108.383	69.401
Iluminação Pública	10.512	4.636	818	947	7.135	(3.988)	326	1.729	112	159	(143)	22.243	17.846
Serviço Público	51.337	12.704	4.679	2.345	16.877	(7.579)	1.111	4.395	422	2.367	(1.970)	86.688	46.399
Serviço Taxado	367	621	262	77	379	-	-	82	-	-	-	1.788	3.089
Fornecimento Não Faturado	724.262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	724.262	465.476
Arrecadação Processo Classif.	(9.281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.281)	(16.754)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	1	-	-	-	879	-	-	-	-	-	-	880	879
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.770	18.867	-	731	143.921	(111.513)	1.388	75237	15	100	-	131.516	163.064
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	99.862	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99.862	62.877
Total	1.658.997	647.082	128.767	69.425	442.978	(490.172)	33.189	271.811	16.879	84.937	(77.913)	2.785.980	1.799.801

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	601.258
Constituições	174.872
Baixas	(208.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

a) Tributos Compensáveis

Tributos Compensáveis	2015	2014 Não Auditado
Circulante		
ICMS a Recuperar	53.493	88.447
COFINS	38.442	24.620
PIS-PASEP	8.346	5.346
Outros	2.753	2.430
	103.034	120.843
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	122.289	209.303
COFINS	54.267	76.646
PIS-PASEP	11.707	16.573
	188.263	302.522
	291.297	423.365

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante e os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2016.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2015 superiores aos valores devidos deste ano-calendário que serão compensados com Tributos Federais a pagar apurados em anos posteriores.

	2015	2014 Não Auditado
Circulante		
Imposto de Renda	153.221	115.153
Contribuição Social	74.224	70.006
	227.445	185.159

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2015	2014 Não Auditado
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	558.256	451.842
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	201.009	212.288
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	98.997	103.062
Taxa de Administração	7.126	7.501
BRR	126.095	50.915
Outros	25.648	25.849
	1.170.286	1.004.612
Passivos Fiscais Diferidos		
Índice Reajuste Tarifário – IRT	-	(9.552)
Encargos Financeiros Capitalizados	(107.676)	(59.892)
Custo de Captação	(7.058)	(1.849)
	(114.734)	(71.293)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	1.055.552	933.319

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2016, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2016.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2015, conforme abaixo:

	2015
2016	155.079
2017	129.432
2018	129.432
2019	129.432
2020	282.116
2021 a 2023	206.880
2024 a 2025	137.915
	1.170.286

11. CONCILIAÇÃO DA DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2015	2014 Não Auditado
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(181.442)	(40.880)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	61.690	13.900
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre capital próprio	11.900	44.747
Incentivos Fiscais	583	7.724
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.956)	(3.569)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(574)	(877)
Multas Indedutíveis	(9.411)	(5.507)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(11.218)	(11.929)
Baixa de parcela da provisão para créditos liquidação duvidosa	(32.176)	-
Outros	(191)	3.742
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	18.647	48.231
Alíquota Efetiva	10,28%	117,98%
Corrente	(16.362)	(114.264)
Diferido	35.009	162.495

Lei 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado em 2014 foi de R\$936. Não ocorreu incentivo em 2015 em função dos resultados tributáveis apurados.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2015	2014 Não Auditado
Trabalhista	268.750	214.445
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	108.862	5.637
	727.184	623.959
Outros		
Regulatório	18.070	15.267
Cível	4.049	2.284
Relações de Consumo	2.289	2.130
Bloqueio Judicial	6.114	5.667
Outros	4.240	1.804
	34.762	27.152
	1.030.696	865.556

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

13. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2015, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$801.235 (R\$579.463 em 2014). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$71.695 (R\$344.896 em 2014), reconhecidos no ativo circulante.

14. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL) homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela Conta-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define também que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial dos Ativos Financeiros Setoriais, no montante de R\$404.418.

Repasse da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

Em 05 de fevereiro de 2015 foi criada a Conta Bandeira, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 2015, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$1.124.377 e foram reconhecidos como uma realização parcial dos Ativos Financeiros Setoriais.

15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014 Não Auditado	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da Conta ACR e da CCRB T (*)	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização 31/12/2015	Valores Constituição 31/12/2015
CVA Ativa	2.160.079	2.729.836	(1.684.134)	155.901	(381.790)	2.979.892	513.550	2.466.342
Aquisição de Energia (CVAenerg)	2.044.500	1.591.673	(1.550.034)	104.023	(381.790)	1.808.372	469.187	1.339.185
Custo da Energia de Itaipu	-	743.531	(468)	29.077	-	772.140	156	771.984
Proinfra	2.361	6.757	(2.473)	10	-	6.655	34	6.621
Transporte Rede Básica	94.683	46.287	(101.496)	5.550	-	45.024	33.434	11.590
Transporte de Energia Itaipu	2.282	9.757	(1.920)	457	-	10.576	693	9.883
ESS	3.333	1.293	(4.303)	-	-	323	323	-
CDE	12.920	330.538	(23.440)	16.784	-	336.802	9.723	327.079
Demais Ativos Financeiros Setoriais	265.997	115.483	(80.378)	11.387	-	312.489	16.550	295.939
Quota Parte de Energia Nuclear	19.154	2.417	(8.250)	(834)	-	12.487	-	12.487
Neutralidade da Parcela A	7	124.915	(12.013)	5.831	-	118.740	4.861	113.879
Sobrecontratação de Energia	211.471	(206.077)	(6.454)	1.060	-	-	-	-
Outros	35.365	194.228	(53.661)	5.330	-	181.262	11.689	169.573
Total Ativos Financeiros Setoriais	2.426.076	2.845.319	(1.764.512)	167.288	(381.790)	3.292.381	530.100	2.762.281

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014 Não Auditado	Adição	Amortização	Remuneração	Recebimento de recursos da Conta ACR e da CCRBT (*)	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização 31/12/2015	Valores Constituição 31/12/2015
CVA Passiva	(1.307.102)	(559.303)	1.048.743	(68.916)	(361.364)	(1.247.942)	(292.091)	(955.851)
Aquisição de Energia (CVAenerg)	(843.823)	(648.824)	646.514	(56.969)	-	(903.102)	(144.468)	(758.634)
Custo da Energia de Itaipu	(150.639)	12.677	103.486	(898)	-	(35.374)	(35.374)	-
Proinfra	(1.433)	(2.866)	3.142	(11)	-	(1.168)	(1.168)	-
Transporte Rede Básica	(608)	(1.313)	1.593	-	-	(328)	(328)	-
Transporte de Energia Itaipu	-	(7)	5	-	-	(2)	(2)	-
ESS	(310.161)	81.030	293.565	(11.038)	(361.364)	(307.968)	(110.751)	(197.217)
CDE	(438)	-	438	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(12.299)	(2.132)	135.512	(30.223)	(785.641)	(694.783)	(83.681)	(611.102)
Quota Parte de Energia Nuclear	-	(18.011)	13.282	217	-	(4.512)	(4.512)	-
Neutralidade da Parcela A	(10.983)	(1.524)	8.748	1.925	-	(1.834)	(1.834)	-
Sobrecontratação de Energia	-	177.369	110.427	(32.307)	(785.641)	(530.152)	(76.636)	(453.516)
Devoluções Tarifárias	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)	-	(157.586)
Outros	(1.316)	(2.380)	3.055	(58)	-	(699)	(699)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(1.319.401)	(561.435)	1.184.255	(99.139)	(1.147.005)	(1.942.725)	(375.772)	(1.566.953)
Total dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Líquido)	1.106.675	2.283.884	(580.257)	68.149	(1.528.795)	1.349.656	154.328	1.195.328

(*) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT: recursos destinados à cobertura das variações dos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo. Na apuração dos repasses, os custos com risco hidrológico das usinas contratadas por regime de cotas, custos com risco hidrológico da UHE Itaipu e custos de CONER são somados ao resultado no Mercado de Curto Prazo e registrados deduzindo o total de Sobrecontratação.

16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014 Não Auditado	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014 Não Auditado	Obrigações Especiais Brutas 31/12/2015	Amortização Acumulada 31/12/2015	Obrigações Especiais Líquidas 31/12/2015
Distribuição	26.831.374	-	(769.348)	1.011.981	27.074.007	242.633	(16.210.486)	10.863.521	10.916.388	(6.670.651)	1.898.798	(4.771.853)
Terrenos	33.082	-	(591)	(436)	32.055	(1.027)	-	32.055	33.082	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	565.628	-	(2.173)	21.729	585.184	19.556	(302.941)	282.243	277.848	-	-	-
Máquinas e equipamentos	26.182.607	-	(766.494)	993.999	26.410.112	227.505	(15.863.110)	10.547.002	10.603.078	(6.670.651)	1.898.798	(4.771.853)
Veículos	25.273	-	-	(3.011)	22.262	(3.011)	(22.262)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	24.784	-	(90)	(300)	24.394	(390)	(22.173)	2.221	2.380	-	-	-
Administração	582.719	-	(9.599)	8.750	581.870	(849)	(460.594)	121.276	141.522	(193)	164	(29)
Terrenos	2.567	-	(9)	(40)	2.518	(49)	-	2.518	2.565	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	108.495	-	(1.806)	(678)	106.011	(2.484)	(91.880)	14.131	15.202	-	-	-
Máquinas e equipamentos	366.463	-	(6.653)	8.428	368.238	1.775	(294.545)	73.693	90.580	(193)	164	(29)
Veículos	42.428	-	-	5.496	47.924	5.496	(28.817)	19.107	20.421	-	-	-
Móveis e utensílios	62.766	-	(1.131)	(4.456)	57.179	(5.587)	(45.352)	11.827	12.754	-	-	-
Subtotal	27.414.093	-	(778.947)	1.020.731	27.655.877	241.784	(16.671.080)	10.984.797	11.057.910	(6.670.844)	1.898.962	(4.771.882)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014 Não Auditado	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014 Não Auditado	Obrigações Especiais Brutas 31/12/2015	Amortização Acumulada 31/12/2015	Obrigações Especiais Líquidas 31/12/2015
Distribuição	1.273.151	1.237.591	(6.666)	(1.082.899)	1.421.177	148.026	-	1.421.177	1.273.151	(460.231)	-	(460.231)
Máquinas e equipamentos	879.741	1.252.051	(6.666)	(995.238)	1.129.888	250.147	-	1.129.888	879.741	(460.231)	-	(460.231)
Outros	393.410	(14.460)	-	(87.661)	291.289	(102.121)	-	291.289	393.410	-	-	-
Administração	22.802	14.088	(19)	(5.189)	31.682	8.880	-	31.682	22.802	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	7.120	17.471	(18)	(2.533)	22.040	14.920	-	22.040	7.120	(3)	-	(3)
Outros	15.682	(3.383)	(1)	(2.656)	9.642	(6.040)	-	9.642	15.682	-	-	-
Subtotal	1.295.953	1.251.679	(6.685)	(1.088.088)	1.452.859	156.906	-	1.452.859	1.295.953	(460.234)	-	(460.234)
Total do Ativo Imobilizado	28.710.046	1.251.679	(785.632)	(67.357)	29.108.736	398.690	(16.671.080)	12.437.656	12.353.863	(7.131.078)	1.898.962	(5.232.116)

A composição do intangível é como segue:

Intangível R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014 Não Auditado	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014 Não Auditado
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	39.178	-	-	6.752	45.930	6.752	(3.297)	42.633	36.633
Serviços	21.167	-	-	20.438	41.605	20.438	(204)	41.401	20.963
Softwares	18.011	-	-	(13.686)	4.325	(13.686)	(3.093)	1.232	15.670
Administração	514.495	-	-	30.530	545.025	30.530	(467.070)	77.955	76.244
Softwares	514.491	-	-	30.523	545.014	30.523	(467.066)	77.948	76.243
Outros	4	-	-	7	11	7	(4)	7	1
Subtotal	553.673	-	-	37.282	590.955	37.282	(470.367)	120.588	112.877
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	28.876	19.946	(1.638)	58.079	105.263	76.387	-	105.263	28.876
Serviços	27.917	5.281	(1.638)	(6.609)	24.951	(2.966)	-	24.951	27.917
Softwares	959	1.405	-	(143)	2.221	1.262	-	2.221	959
Outros	-	13.260	-	64.831	78.091	78.091	-	78.091	-
Administração	57.244	51.238	-	(30.530)	77.952	20.708	-	77.952	57.244
Softwares	57.033	51.232	-	(30.530)	77.735	20.702	-	77.735	57.033
Outros	211	6	-	-	217	6	-	217	211
Subtotal	86.120	71.184	(1.638)	27.549	183.215	97.095	-	183.215	86.120
Total do Ativo Intangível	639.793	71.184	(1.638)	64.831	774.170	134.377	(470.367)	303.803	198.997

Distribuição - Máquinas e Equipamentos R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014 Não Auditado	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C) 31/12/2015
AIS Bruto	26.182.607	-	(766.494)	993.999	26.410.112	227.505
Transformador de Distribuição	2.431.759	-	(49.481)	294.447	2.676.725	244.966
Medidor	1.084.373	-	(210.778)	197.218	1.070.813	(13.560)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	15.387.257	-	(374.860)	247.409	15.259.806	(127.451)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	47.864	-	(91)	278	48.051	187
Redes Alta Tensão (69 kV)	436.473	-	(42.267)	37.348	431.554	(4.919)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	2.194.273	-	(15.055)	75.727	2.254.945	60.672
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	59.758	-	(925)	-	58.833	(925)
Subestações Média Tensão (primário 30kV a 44kV)	370.278	-	(591)	1.291	370.978	700
Subestações Média Tensão (primário de 69kV)	533.057	-	(24.926)	34.154	542.285	9.228
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	3.019.668	-	(30.709)	68.237	3.057.196	37.528
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	46.149	-	(524)	122	45.747	(402)
Demais Máquinas e Equipamentos	571.698	-	(16.287)	37.768	593.179	21.481
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(6.692.951)	(218.488)	240.595	-	(6.670.844)	22.107
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(6.692.951)	(218.488)	240.595	-	(6.670.844)	22.107
Total - Distribuição Maquinas e Equipamentos	19.489.656	(218.488)	(525.899)	993.999	19.739.268	249.612

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	3,85	27.074.007	(16.210.486)	10.863.521	10.916.388
Custo histórico	3,85	15.522.903	(6.458.947)	9.063.956	8.765.874
Reavaliação	3,85	11.551.104	(9.751.539)	1.799.565	2.150.514
Administração	11,44	581.870	(460.594)	121.276	141.522
Custo histórico	11,44	357.871	(239.158)	118.713	138.157
Reavaliação	11,44	223.999	(221.436)	2.563	3.365
TOTAL		27.655.877	(16.671.080)	10.984.797	11.057.910
Em curso					
Distribuição		1.421.177	-	1.421.177	1.273.151
Administração		31.682	-	31.682	22.802
TOTAL		1.452.859	-	1.452.859	1.295.953
TOTAL AIS + AIC		29.108.736	(16.671.080)	12.437.656	12.353.863

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Não Auditado
Em serviço					
Distribuição	20	45.930	(3.297)	42.633	36.633
Custo histórico	20	37.047	(3.101)	33.946	27.965
Reavaliação	20	8.883	(196)	8.687	8.668
Administração	20	545.025	(467.070)	77.955	76.244
Custo histórico	20	433.923	(355.968)	77.955	76.230
Reavaliação	20	111.102	(111.102)	-	14
TOTAL		590.955	(470.367)	120.588	112.877
Em curso					
Distribuição		105.263	-	105.263	28.876
Administração		77.952	-	77.952	57.244
TOTAL		183.215	-	183.215	86.120
TOTAL AIS + AIC		774.170	(470.367)	303.803	198.997

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Material/Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	1.026	-	1.026
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	14.551	19.122	2.372	8.662	57	44.764
Máquinas e Equipamentos	612.797	458.834	73.522	121.131	3.128	1.269.412
Veículos	1.618	-	-	-	39	1.657
Móveis e Utensílios	96	-	-	80	-	176
A Ratear	455	-	857	1.633	44	2.989
Material em Depósito	2.669	516	-	-	-	3.185
Compras em Andamento (*)	(62.617)	-	-	-	-	(62.617)
Depósitos Judiciais (*)	-	(9.736)	-	-	-	(9.736)
Outros	-	-	-	341	482	823
Total das Adições	569.569	468.736	76.751	132.873	3.750	1.251.679

(*) Ajustes de adições entre as demais rubricas da tabela.

17. FORNECEDORES

	2015	2014 Não Auditado
Energia de curto prazo - CCEE	302.582	277.805
Encargos de uso da rede elétrica	57.708	64.191
Energia elétrica comprada para revenda	417.770	448.294
Itaipu binacional	314.859	148.864
Materiais e serviços	214.974	180.331
	1.307.893	1.119.485

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2015	2014 Não Auditado
Circulante		
ICMS	372.450	282.031
COFINS	89.871	36.955
PIS-PASEP	19.122	8.023
INSS	15.228	13.943
ISSQN	6.524	6.825
Outros	17.574	30.443
	520.769	378.220
Não Circulante		
COFINS	503.343	505.696
PIS-PASEP	109.279	109.789
	612.622	615.485
	1.133.391	993.705

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos. Adicionalmente, a partir de julho de 2015.

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros			
Caixa e Aplicações Financeiras			
Caixa e Equivalentes de Caixa	318.834	-	318.834
Certificados de depósitos bancários	42.793	30.600	73.393
Letras Financeiras – Bancos	135.383	4.912	140.295
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	-	27.491
Debêntures	47.151	-	47.151
Fundos Vinculados	89	-	89
Outras Aplicações Financeiras	373	56	429
	572.114	35.568	607.682

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas Notas Explicativas nº 6 e 7 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2015	Total 2014 Não Auditado
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	1.560	2.804	30.549	34.913	28.810
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	569.470	2.772.641	3.643.018	6.985.129	6.019.439
Fundo de Pensão	-	119.803	2.108.908	2.228.711	1.906.971
	571.030	2.895.248	5.782.475	9.248.753	7.955.220
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	(318.834)	-	(318.834)	(313.799)
Demais Aplicações Financeiras	-	(253.280)	(35.568)	(288.848)	(103.343)
	-	(572.114)	(35.568)	(607.682)	(417.142)
Dívida Líquida	571.030	2.323.134	5.746.907	8.641.071	7.538.078

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenant”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro da Garantidora Cemig Holding, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso a Garantidora CEMIG não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2015 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2015	2014 Não Auditado
Eficiência Energética	207.162	159.665
Pesquisa e Desenvolvimento	41.895	7.343
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	276.346	17.405
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.287	1.037
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	655	-
	589.807	247.925
Passivo Circulante	459.855	57.257
Passivo Não Circulante	129.952	190.668

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2015.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$587.984 em 31 de dezembro de 2015 (R\$579.228 em 31 de dezembro de 2014). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

No caso de obrigações com o fundo de pensão, tendo em vista que em 2014 o cálculo atuarial apresentava um passivo líquido menor que o saldo da dívida, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial naquele ano foi a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2015	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	5.051.394	971.830	21.959	398.662	6.443.845
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.215.134)	-	-	-	(4.215.134)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013 (Não Auditado)	4.720.113	737.236	20.848	424.877	5.903.074
Custo do Serviço Corrente	3.893	4.643	133	2.248	10.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	558.123	91.104	2.576	51.988	703.791
Perdas Atuariais	296.137	40.701	1.496	12.111	350.445
Benefícios Pagos	(425.902)	(52.359)	(1.487)	(8.372)	(488.120)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014 (Não Auditado)	5.152.364	821.325	23.566	482.852	6.480.107
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Perdas (Ganhos) Atuariais	(235.892)	101.055	(2.983)	(89.805)	(227.625)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Benefícios Pagos	(460.535)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(525.298)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015	5.051.394	971.830	21.959	398.662	6.443.845

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013 (Não Auditado)	4.961.664
Retorno real dos investimentos	487.115
Contribuições do Empregador	77.700
Benefícios pagos	(425.902)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 (Não Auditado)	5.100.577
Retorno real dos investimentos	(509.349)
Contribuições do Empregador	84.441
Benefícios pagos	(460.535)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2015	4.215.134

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, a partir de 1º de janeiro de 2016, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução de R\$45.892 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2015, em contrapartida ao resultado do exercício de 2015.

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2015 e 2014 são como segue:

2015	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(590.593)	-	-	-	(590.593)
Custo do serviço passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Despesa Conforme Cálculo Atuarial	4.864	104.171	3.000	14.033	126.068
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	88.333	-	-	-	88.333
Despesa Total em 2015	93.197	104.171	3.000	14.033	214.401

2014 Não Auditado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.893	4.643	133	2.248	10.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	558.123	91.104	2.576	51.988	703.791
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(592.563)	-	-	-	(592.563)
Despesa (Receita) Conforme Cálculo Atuarial	(30.547)	95.747	2.709	54.236	122.145
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	30.547	-	-	-	30.547
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	71.721	-	-	-	71.721
Despesa Total em 2014	71.721	95.747	2.709	54.236	224.413

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013 (Não Auditado)	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Despesa Reconhecida no Resultado	71.721	95.747	2.709	54.236	224.413
Contribuições Pagas	(77.700)	(52.359)	(1.487)	(8.372)	(139.918)
Perdas atuariais (*)	-	40.701	1.496	12.111	54.308
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014 (Não Auditado)	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa Reconhecida no Resultado	93.197	104.171	3.000	59.925	260.293
Contribuições Pagas	(84.441)	(54.721)	(1.624)	(8.418)	(149.204)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(45.892)	(45.892)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	248.276	101.055	(2.983)	(89.805)	256.543
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
				2015	2014 Não auditado
Passivo Circulante				119.803	109.879
Passivo Não Circulante				2.108.908	1.797.092

(*) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2015 e 2014, as despesas com Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2016 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.263	6.203	133	1.924	11.523
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	635.783	127.680	2.885	52.057	818.405
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(524.970)	-	-	-	(524.970)
Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial	114.076	133.883	3.018	53.981	304.958

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2016 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de Pagamento de Benefícios	485.864	57.731	1.713	8.943	554.251

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2016 no montante de R\$89.084 e R\$64.944 para o Plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2015	2014 Não Auditado
Ações de empresas brasileiras	6,91%	8,70%
Títulos de Renda Fixa	66,24%	57,86%
Imóveis	9,76%	8,25%
Outros	17,09%	25,19%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig Distribuição:

	2015	2014 Não Auditado
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	248.776	121.874
Imóveis da Fundação Ocupados pela Patrocinadora	177.790	177.790
	426.566	299.664

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2015	2014 Não Auditado
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	13,20%	12,00%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	13,20%	12,00%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Alteração na Tábua de Mortalidade em 1 ano	176.799	11.886	266	17.541	206.492
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	464.728	110.856	2.472	67.773	645.829

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

22. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2014 Não Auditado	Adições	Reversões	Liquidações	2015
Trabalhistas	236.345	28.927	(22.364)	(26.807)	216.101
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	13.257	(2.027)	(13.111)	14.084
Outras Ações Cíveis	23.694	8.330	(99)	(5.040)	26.885
	39.659	21.587	(2.126)	(18.151)	40.969
Tributárias	9.561	990	(7.098)	(140)	3.313
Ambientais	51	9	-	-	60
Regulatórias	10.874	10.355	(322)	(93)	20.814
Outras	6.632	5.072	(830)	(962)	9.912
Total	303.122	66.940	(32.740)	(46.153)	291.169

	2013 Não Auditado	Adições	Reversões	Liquidações	2014 Não Auditado
Trabalhistas	99.201	181.619	(2.654)	(41.821)	236.345
Cíveis	-				
Relações de Consumo	22.628	9.462	(6.507)	(9.618)	15.965
Outras Ações Cíveis	16.272	11.502	-	(4.080)	23.694
	38.900	20.964	(6.507)	(13.698)	39.659
Tributárias	5.491	11.809	(6.856)	(883)	9.561
Ambientais	42	9	-	-	51
Regulatórias	29.832	987	(19.546)	(399)	10.874
Outras	8.239	303	(1.619)	(291)	6.632
Total	181.705	215.691	(37.182)	(57.092)	303.122

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Contábeis Regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$769.656 (R\$534.926 em 2014), dos quais R\$216.101 (R\$236.345 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia era parte em Dissídio Coletivo ajuizado pelas entidades representativas de seus empregados, cuja decisão transitou em julgado em 23 de fevereiro de 2015, condenando-a a conceder aumento real nos salários dos seus empregados por produtividade à base de 3% (três por cento) a serem aplicados desde 01 de novembro de 2012, o valor envolvido nesta ação era de R\$90.462. Em 2015, a ação foi baixada tendo em vista que a Companhia celebrou Acordo Específico com as entidades sindicais para o pagamento dos valores retroativos, referente ao período de 01 de novembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2015, de forma parcelada e através da folha de pagamento.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$18.685 (R\$18.410 em 2014), dos quais R\$14.084 (R\$15.965 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$158.141 (R\$154.826 em 2014), dos quais R\$26.885 (R\$23.694 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$17.539 (R\$19.273 em 2014), dos quais R\$3.313 (R\$9.561 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$135.494 (R\$98.309 em 2014), dos quais R\$20.814 (R\$10.874 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$65.870 (R\$56.120 em 2014), dos quais R\$9.972 (R\$6.683 em 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$188.968 (R\$171.356 em 2014) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$937.279 (R\$840.116 em 2014). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações O valor da contingência é de R\$311.370 (R\$291.323 em 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$164.172 (R\$150.489 em 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$20.782 (R\$18.937 em 2014).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.279.556 (R\$1.438.400 em 2014), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação a aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$222.449 (R\$189.671 em 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$272.443 (R\$227.234 em 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Programa Luz para Todos – Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$202.172 (R\$183.257 em 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$61.774 (R\$25.311 em 2014) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$23.885 (R\$20.817 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$117.852, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2015
Em serviço	4,14	(3.406.788)	(3.264.056)	(6.670.844)
Participação da União, Estados e Municípios	4,14	(534.598)	(487.133)	(1.021.731)
Participação Financeira do Consumidor	4,14	(2.373.664)	(2.236.645)	(4.610.309)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	4,14	(8.122)	(4.334)	(12.456)
Programa de Eficiência Energética - PEE	4,14	(78.301)	(85.822)	(164.123)
Pesquisa e Desenvolvimento	4,14	(2.630)	(2.884)	(5.514)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	4,14	(404.316)	(443.154)	(847.470)
Outros	4,14	(5.157)	(4.084)	(9.241)
(-) Amortização Acumulada - AIS		816.792	1.082.170	1.898.962
Participação da União, Estados e Municípios		96.776	131.929	228.705
Participação Financeira do Consumidor		567.781	770.815	1.338.596
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		1.793	1.614	3.407
Programa de Eficiência Energética - PEE		26.522	31.864	58.386
Pesquisa e Desenvolvimento		891	1.071	1.962
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		121.754	143.405	265.159
Outros		1.275	1.472	2.747
Em curso		(460.234)	-	(460.234)
Participação da União, Estados e Municípios		(69.984)	-	(69.984)
Participação Financeira do Consumidor		(163.644)	-	(163.644)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(3)	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.251)	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento		(2.685)	-	(2.685)
Valores Pendentes de Recebimento		(109.723)	-	(109.723)
Outros		(96.944)	-	(96.944)
Ultrapassagem de demanda		(55.955)	-	(55.955)
Excedente de reativos		(40.989)	-	(40.989)
Total		(3.050.230)	(2.181.886)	(5.232.116)

	Saldo Inicial em 31/12/2014 Não auditado	Adição	Baixas	Saldo Final em 31/12/2015
Em serviço	(6.692.951)	(218.488)	240.595	(6.670.844)
Participação da União, Estados e Municípios	(1.034.784)	(16.857)	29.910	(1.021.731)
Participação Financeira do Consumidor	(4.620.794)	(200.200)	210.685	(4.610.309)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(12.456)	-	-	(12.456)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(164.123)	-	-	(164.123)
Pesquisa e Desenvolvimento	(5.514)	-	-	(5.514)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(847.470)	-	-	(847.470)
Outros	(7.810)	(1.431)	-	(9.241)
(-) Amortização Acumulada - AIS	1.754.830	261.465	(117.333)	1.898.962
Participação da União, Estados e Municípios	200.289	39.760	(11.344)	228.705
Participação Financeira do Consumidor	1.262.899	181.686	(105.989)	1.338.596
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	2.946	461	-	3.407
Programa de Eficiência Energética - PEE	52.057	6.329	-	58.386
Pesquisa e Desenvolvimento	1.749	213	-	1.962
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	232.481	32.678	-	265.159
Outros	2.409	338	-	2.747
Em curso	(399.665)	(60.569)	-	(460.234)
Participação da União, Estados e Municípios	(70.596)	612	-	(69.984)
Participação Financeira do Consumidor	(136.359)	(27.285)	-	(163.644)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido	(322)	319	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(17.251)	-	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento	(2.639)	(46)	-	(2.685)
Valores Pendentes de Recebimento	(108.550)	(1.173)	-	(109.723)
Outros	(63.948)	(32.996)	-	(96.944)
Ultrapassagem de demanda	(46.903)	(9.052)	-	(55.955)
Excedente de reativos	(17.045)	(23.944)	-	(40.989)
Total	(5.337.786)	(17.592)	123.262	(5.232.116)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido Societário do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2015 no montante de R\$35.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$11.900, reconhecidos no resultado do exercício de 2015 (R\$44.747 em 2014).

	2015	2014 Não Auditado
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício (Societário)	370.209	429.909
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	185.105	214.955
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	5.250	19.742
	190.355	234.697
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto		
Dividendos Estatutários	155.355	103.087
Juros sobre capital próprio	35.000	131.610
	190.355	234.697
Dividendos por ação - R\$		
Dividendos Obrigatórios	0,08	0,10
Dividendos registrados em conformidade ao Estatuto	0,08	0,10

Proposta de Destinação do Lucro Societário de 2015

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2016, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido Societário de 2015, no montante de R\$370.209 mil:

- R\$18.510 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal;
- R\$35.000 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”);
- R\$57.552 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$259.147 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2016.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2015	2014 Não Auditado
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	224.986	206.476
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	936	936
Reserva de Retenção de Lucros	510.035	245.605
	735.957	453.017

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$18.510 de Reserva Legal em 2015, correspondente a 5,00% do lucro societário apurado no exercício.

Reserva de Incentivos Fiscais

As Reservas de Incentivos Fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado em 2014 foi de R\$936. Não ocorreu incentivo em 2015 em função dos resultados tributáveis apurados.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária decidiu que o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro societário do exercício, não seriam compatíveis com a atual situação financeira da Companhia. Assim, deliberou o pagamento do montante de R\$131.610, através de Juros sobre o Capital Próprio, e a manutenção no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, do valor de R\$103.086.

Lucro societário por ação

O Lucro societário por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2015	2014
Número médio ponderado de ações	2.327.276	2.261.998
Resultado societário do Exercício	370.209	429.909
Lucro Líquido societário Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,1591	0,1901

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro societário Diluído é igual ao Lucro societário Básico.

Aumento de Capital Social

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig Distribuição no valor de R\$100.000. O capital social, que era de R\$2.261.998, passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

25. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015 Não Auditado	2014 Não Auditado	2015 Não Auditado	2014 Não Auditado	2015	2014 Não Auditado
Fornecimento - Faturado						
Residencial	6.532.169	6.445.960	9.830	10.014	4.042.236	2.632.941
Industrial	75.085	76.728	3.757	4.077	1.184.877	762.963
Comercial	714.433	719.874	6.027	6.031	2.293.889	1.478.229
Rural	678.742	687.778	3.380	3.390	966.141	576.506
Poder público	62.854	62.164	892	891	341.245	220.849
Iluminação pública	4.146	4.027	1.326	1.298	309.704	182.318
Serviço público	11.038	10.389	1.204	1.272	456.728	302.442
	8.078.467	8.006.920	26.416	26.973	9.594.820	6.156.248
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	50.231	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado						
Consumidores Cativos	-	-	-	-	6.661.887	5.233.792
Consumidores Livres	-	-	-	-	1.499.829	893.417
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	258.786	53.278
Constituição e Amortiz. – Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	1.703.627	762.573
	-	-	-	-	1.962.413	815.851
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	13.504	11.136
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	995.616	790.011
Outras Receitas	-	-	-	-	184.928	238.011
Total	-	-	-	-	20.963.228	14.138.466

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2015	2014 Não Auditado
Impostos sobre a Receita		
ICMS	3.658.807	2.564.586
PIS-PASEP	346.913	209.698
COFINS	1.597.902	965.884
ISSQN	434	427
	5.604.056	3.740.595
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	45.151	46.921
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	2.844.510	194.303
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	18.060	18.769
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	18.060	18.576
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	9.031	9.288
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas)	-	(5.614)
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	1.066.859	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	14.636	14.237
	4.016.307	296.480
	9.620.363	4.037.075

26. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

Energia Elétrica Comprada para Revenda	2015	2014 Não Auditado
Energia de Itaipu Binacional	1.734.227	830.140
Contratos por Cotas de Garantia Física	252.485	220.585
Cotas das Usinas de Angra I e II	199.731	179.395
Energia de Curto Prazo	849.444	1.127.361
Contratos Bilaterais	309.579	308.089
Energia adquirida em Leilão	4.098.355	3.393.999
PROINFA	252.639	261.782
Créditos de PASEP/COFINS	(703.638)	(487.384)
	6.992.822	5.833.967

27. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e Administradores	2015	2014 Não Auditado
Pessoal	1.209.244	1.215.907
Remuneração	601.738	486.775
Encargos	213.375	203.165
Previdência privada - Corrente	55.893	54.826
Programa de demissão voluntária	1.689	2.579
Despesas rescisórias	2.383	7.350
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	94.815	182.385
Outros benefícios - Corrente	100.893	109.243
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	121.204	152.692
Outros	17.254	16.892
Administradores	6.430	6.477
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	5.881	5.059
Benefícios dos administradores	549	1.418
Total	1.215.674	1.222.384

b) Serviços de Terceiros	2015	2014 Não Auditado
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	121.876	183.671
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	179.976	174.669
Comunicação	72.799	73.935
Conservação e Limpeza de Prédios	69.838	63.141
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	27.564	26.073
Corte e Religação	25.755	19.276
Podas de Árvores	22.985	22.890
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	17.090	20.010
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	40.359	27.739
Mão de Obra Contratada	3.187	3.722
Hospedagem e Alimentação	12.095	12.140
Vigilância	11.909	10.723
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	4.638	5.110
Manutenção e Conservação de Veículos	7.251	7.407
Reprografia e Publicações Legais	11.647	5.755
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.602	4.365
Fretes e Passagens	3.895	4.423
Consultoria	7.709	13.364
Meio Ambiente	2.197	2.206
Outros	51.112	55.363
	697.484	735.982

c) Provisões (Reversões) Operacionais	2015	2014 Não Auditado
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	174.872	121.964
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	6.563	178.965
Cíveis	19.461	14.457
Tributárias	(6.108)	4.953
Ambientais	9	9
Regulatórias	10.033	(18.559)
Outras	4.242	(1.316)
	34.200	178.509
	209.072	300.473

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2015	2014 Não Auditado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	60.092	93.427
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	220.507	155.604
Variações Cambiais	76.199	15.109
Variações Monetárias	8.434	17.961
Variação Monetária Depósitos Vinculados a Litígios	119.535	-
Multas Contratuais	13.937	9.711
Variação Monetária - CVA	166.991	-
PASEP e COFINS sobre Receitas Financeiras	(17.187)	-
Outras	12.375	8.418
	660.883	300.230
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(549.791)	(422.180)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(93.197)	(71.721)
Variações Cambiais	(168.348)	(25.545)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(272.590)	(169.064)
Variação Monetária de P&D e PEE	(19.356)	(14.977)
Variação Monetária - CVA	(98.842)	-
Outras Variações Monetárias	(3.883)	(5.603)
Outras	(22.805)	(42.127)
	(1.228.812)	(751.217)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(567.929)	(450.987)

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2015	31/12/2014 Não Auditado	31/12/2015	31/12/2014 Não Auditado	31/12/2015	31/12/2014 Não Auditado	31/12/2015	31/12/2014 Não Auditado
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	12.462	12.833	-	-	(23.346)	(19.930)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	185.105	214.955	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	1.563	2.319	-	-	(2.898)	(1.285)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.710	2.773	11.464	11.988	37.258	35.447	(206.422)	(122.234)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	293	479	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	10.519	-	-	-	(105.700)	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	15.639	2.220	-	-	(137.697)	(13.953)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.478	489	-	-	(6.365)	(5.993)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.616	2.556	-	-	(60.404)	(19.577)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	811	315	-	-	4.829	3.485	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	1.734	6.205	-	-	4.717	3.728	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	955	2.656	-	-	(11.449)	(9.884)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	18.674	2.577	-	-	149.813	105.273	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	302.865	107.129	-	-	17.943	51.264	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	4.968	1.622	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	55.040	47.001	-	-	(93.197)	(71.721)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(58.863)	(54.826)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(16.262)	(16.056)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.194	1.108	-	-	(14.160)	(12.708)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	781.220	532.227	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	56.345	52.359	-	-	(107.171)	(98.456)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	937.444	792.532	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e linhas de distribuição, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 21);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 27) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 8, 17 e 25 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2015, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição no fundo de investimento de 22,22% em 2015 e 7,08% em 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2015
				Participação no fundo de 22,22%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	2.520
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	11.076
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.402
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	11.884
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	4.832
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	6.041
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.235
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	632
				41.622

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2014
				Não Auditado Participação no fundo de 7,08%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	785
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	3.543
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	756
CEMIG GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	1.501
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	715
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	355
				7.655

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2015 e 2014, são demonstrados na tabela abaixo:

	2015	2014 Não Auditado
Remuneração	5.881	4.603
Participação nos Resultados	761	1.435
Benefícios Assistenciais	548	439
Total	7.190	6.477

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros Setoriais, Subvenção de Baixa Renda e Reembolso Subsídios Tarifários. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 4,05%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 1,60% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2015		2014 (Não Auditado)	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	277.497	277.497	241.730	241.730
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	2.785.980	2.785.980	1.799.801	1.799.801
Depósitos Vinculados a Litígios	1.030.696	1.030.696	865.556	865.556
Subvenção Baixa Renda	31.334	31.334	35.197	35.197
Reembolso Subsídios Tarifários	71.695	71.695	344.896	344.896
Fundos Vinculados	89	89	798	798
Ativos Financeiros Setoriais	1.349.656	1.349.656	1.106.675	1.106.675
	5.546.947	5.546.947	4.394.653	4.394.653
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	37.139	37.082	17.154	17.067
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	251.620	251.620	85.391	85.391
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.307.893	1.307.893	1.119.485	1.119.485
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.020.042	6.427.743	6.048.250	5.788.387
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	587.984	587.984	579.228	579.228
	8.915.919	8.323.620	7.746.963	7.487.100

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2015		2014 Não Auditado	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 19</i>)	8.223	32.109	9.245	24.554
Fornecedores (Itaipu Binacional)	82.983	314.859	57.433	148.864
	91.206	346.968	66.678	173.418
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 19</i>)	660	2.804	1.319	4.257
Passivo Líquido Exposto		349.772		177.675

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2016 será uma valorização de 6,27% para o dólar (R\$4,150) e uma valorização de 6,94% para o Euro (R\$4,545). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2015	Cenário Provável	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 19</i>)	32.109	34.124	42.659	51.186
Fornecedores (Itaipu Binacional)	314.859	334.613	418.307	501.920
	346.968	368.737	460.966	553.106
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 19</i>)	2.804	2.999	3.749	4.498
Passivo Líquido Exposto	349.772	371.736	464.715	557.604
Efeito Líquido da Variação Cambial		21.964	114.943	207.832

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2015	2014 Não Auditado
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 6)	277.497	241.730
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	288.759	102.545
Fundos Vinculados	89	798
Ativos Financeiros Setoriais (nota 15)	1.349.656	1.066.314
	<u>1.916.001</u>	<u>1.411.387</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 19)	(4.097.895)	(3.124.703)
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.181.894)</u>	<u>(1.713.316)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, a taxa SELIC será de 14,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2015	31 de dezembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 14,25%	Cenário SELIC 17,81%	Cenário SELIC 21,38%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 6)	277.497	317.040	326.919	336.826
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	288.759	329.907	340.187	350.496
Fundos Vinculados	89	102	105	108
Ativos Financeiros Setoriais	1.349.656	1.541.982	1.590.030	1.638.212
	<u>1.916.001</u>	<u>2.189.031</u>	<u>2.257.241</u>	<u>2.325.642</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 19)	(4.097.895)	(4.681.845)	(4.827.730)	(4.974.025)
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.181.894)</u>	<u>(2.492.814)</u>	<u>(2.570.489)</u>	<u>(2.648.383)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(310.920)</u>	<u>(388.595)</u>	<u>(466.489)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem obrigações indexadas à inflação em 31 de dezembro de 2015 e 2014, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2015	2014 Não Auditado
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(2.683.281)	(2.621.950)
Passivo Líquido Exposto	(2.683.281)	(2.621.950)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, o IPCA será de 6,99%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2015	31 de dezembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 6,99%	Cenário IPCA 8,74%	Cenário IPCA 10,49%
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(2.683.281)	(2.870.842)	(2.917.800)	(2.964.757)
Passivo Líquido Exposto	(2.683.281)	(2.870.842)	(2.917.800)	(2.964.757)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(187.561)	(234.519)	(281.476)

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Na data base destas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.907	3.063.931	534.646	3.534.744	2.463.952	9.600.180
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.398	22.560	61.591	419.614	428.856	940.019
	10.305	3.086.491	596.237	3.954.358	2.892.808	10.540.199
Pré-fixadas						
Fornecedores	836.491	471.402	-	-	-	1.307.893
	846.796	3.557.893	596.237	3.954.358	2.892.808	11.848.092

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo sobre os saldos societários (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig D a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

Em 31 de dezembro de 2015 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2015	2014 Não Auditado
Total do Passivo	18.708.350	16.720.399
Caixa e Equivalentes de Caixa	(318.834)	(313.799)
Fundos Vinculados	(89)	(798)
Passivo Líquido	18.389.427	16.405.802
Total do Patrimônio Líquido	2.022.394	2.341.777
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	9,09	7,01

31. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais** que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	41.785	-	41.785	-
Letras Financeiras – Bancos	135.193	-	135.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	27.491	-	-
Debêntures	47.151	-	47.151	-
	251.620	27.491	224.129	-
Fundos Vinculados	89	-	89	-
	251.709	27.491	224.218	-

	Saldo em 31/12/2014 Não Auditado	Valor justo em 31 de dezembro de 2014 – Não Auditado		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	21.888	-	21.888	-
Letras Financeiras – Bancos	44.309	-	44.309	-
Letras Financeiras do Tesouro	8.268	8.268	-	-
Debêntures	9.707	-	9.707	-
Outros	1.219	-	1.219	-
	85.391	8.268	77.123	-
Fundos Vinculados	798	-	798	-
	86.189	8.268	77.921	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

32. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis Regulatórias, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2015 a 28/04/2016	US\$ 6.073 US\$ 14.000	US\$ 65
Almoxarifados		02/10/2015 a 01/10/2016	R\$ 90.622	R\$ 142
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2015 a 07/01/2017	R\$ 915.865	R\$ 217
Equipamentos de telecomunicações		08/01/2016 a 07/01/2017	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.500 mil (2)	Total	07/12/2015 a 06/12/2016	R\$ 563.637	R\$ 703

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios. A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

33. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.346.475	476.412	621.579	634.043	633.542	1.307.991	7.020.042
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.407.789	1.475.236	1.424.530	1.389.222	1.450.250	37.218.904	44.365.931
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	80.864	88.848	94.573	102.383	110.668	7.172.885	7.650.221
Compra de Energia - Leilão	2.453.317	3.004.966	3.224.569	3.685.593	4.561.310	91.075.005	108.004.760
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	279.632	295.075	313.687	331.250	344.542	1.711.964	3.276.150
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	222.573	237.577	262.255	271.837	290.281	11.762.085	13.046.608
Cotas de Garantias Físicas	636.677	676.710	698.233	716.718	698.322	30.707.281	34.133.941
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	55.040	58.343	61.843	65.554	69.487	277.717	587.984
Arrendamentos Operacionais	51.606	16.571	17.436	2.929	-	-	88.542
	8.533.973	6.329.738	6.718.705	7.199.529	8.158.402	181.233.832	218.174.179

34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E EXTRAORDINÁRIO

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL divulgou as tarifas da Cemig D a serem faturadas a partir de 02 de março de 2015, relativas ao Reajuste Tarifário Extraordinário. O impacto médio percebido pelos clientes da Cemig D foi de 28,76%.

Em 07 de abril de 2015, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2015 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 7,07%. Com a renovação do contrato de concessão da Cemig D a partir de janeiro de 2016, a data do próximo Reajuste Tarifário Anual foi modificada para 28 de maio de 2016.

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	2015	2014 Não Auditado
Encargos Financeiros Capitalizados	150.017	69.828
Dividendos Obrigatórios não Distribuídos (nota 24)	103.086	-
Provisão para perdas atuariais	256.543	54.308
IR e CSLL sobre perdas atuariais	87.224	18.465

36. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	2015			2014 Não Auditado		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	318.834	-	318.834	313.799	-	313.799
Consumidores	2.496.149	-	2.496.149	1.371.126	-	1.371.126
Concessionárias e Permissionárias	156.141	-	156.141	219.770	-	219.770
Serviços em Curso	73.659	(73.659)	-	3.581	(3.581)	-
Tributos Compensáveis	330.479	-	330.479	306.002	-	306.002
Almoxarifado Operacional	27.664	-	27.664	28.950	-	28.950
Investimentos Temporários	253.280	(89)	253.191	101.617	(798)	100.819
Ativos Financeiros Setoriais	860.466	(860.466)	-	843.793	(843.793)	-
Ativo Financeiro da Concessão	-	860.466	860.466	-	843.793	843.793
Despesas Pagas Antecipadamente	2.803	-	2.803	2.517	-	2.517
Outros Ativos Circulantes	522.724	74.016	596.740	696.509	4.379	700.888
Total Do Circulante	5.042.199	268	5.042.467	3.887.664	-	3.887.664
Ativos de Operações Descontinuadas						
Bens Destinados à Alienação	1.778	(1.778)	-	641	(641)	-
Não Circulante						
Consumidores	58.453	-	58.453	202.733	-	202.733
Concessionárias e Permissionárias	75.237	-	75.237	6.172	-	6.172
Tributos Compensáveis	188.263	-	188.263	302.522	-	302.522
Depósitos Judiciais e Cauções	1.030.696	-	1.030.696	865.556	-	865.556
Investimentos Temporários	35.568	-	35.568	1.726	-	1.726
Tributos Diferidos	1.055.552	(346.910)	708.642	933.319	(72.355)	860.964
Ativos Financeiros Setoriais	489.190	(489.190)	-	262.882	(262.882)	-
Bens e Direitos para Uso Futuro	99	(99)	-	99	(99)	-
Outros Ativos Não Circulantes	6.690	6.877	13.567	40.435	6.273	46.708
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5.560	(5.560)	-	5.567	(5.567)	-
Ativo Financeiro da Concessão	-	625.173	625.173	-	6.206.564	6.206.564
Imobilizado	12.437.656	(12.437.656)	-	12.353.863	(12.353.863)	-
Intangível	303.803	8.109.365	8.413.168	198.997	1.285.234	1.484.231
Total Do Não Circulante	15.688.545	(4.539.778)	11.148.767	15.174.512	(5.197.336)	9.977.176
Ativo Total	20.730.744	(4.539.510)	16.191.234	19.062.176	(5.197.336)	13.864.840

b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	2015			2014 Não Auditado		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Fornecedores	1.307.893	-	1.307.893	1.119.485	-	1.119.485
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.346.475	-	3.346.475	2.236.817	-	2.236.817
Obrigações Sociais e Trabalhistas	222.915	-	222.915	208.886	-	208.886
Benefício Pós-Emprego	119.803	-	119.803	109.879	-	109.879
Tributos	520.769	-	520.769	378.220	-	378.220
Encargos Setoriais	459.855	-	459.855	57.257	-	57.257
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	185.105	-	185.105	214.954	-	214.954
Outros Passivos Circulantes	477.144	-	477.144	320.881	-	320.881
Total Do Circulante	6.639.959	-	6.639.959	4.646.379	-	4.646.379
Não Circulante						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.673.567	-	3.673.567	3.811.433	-	3.811.433
Benefício Pós-Emprego	2.108.908	-	2.108.908	1.797.092	-	1.797.092
Tributos	612.622	19.152	631.774	615.485	-	615.485
Provisão para Litígios	291.169	-	291.169	303.122	-	303.122
Encargos Setoriais	129.952	-	129.952	190.668	-	190.668
Outros Passivos Não Circulantes	20.057	-	20.057	18.434	-	18.434
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	5.232.116	(5.232.116)	-	5.337.786	(5.337.786)	-
Total do Não circulante	12.068.391	(5.212.964)	6.855.427	12.074.020	(5.337.786)	6.736.234
Total do Passivo	18.708.350	(5.212.964)	13.495.386	16.720.399	(5.337.786)	11.382.613
Patrimônio Líquido						
Capital Social	2.361.998	-	2.361.998	2.261.998	-	2.261.998
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(402.107)	-	(402.107)	(232.788)	-	(232.788)
Reservas de Lucros	735.957	-	735.957	453.017	-	453.017
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(673.454)	673.454	-	(140.450)	140.450	-
Total do Patrimônio Líquido	2.022.394	673.454	2.695.848	2.341.777	140.450	2.482.227
Total do Passivo Pat.Líquido	20.730.744	(4.539.510)	16.191.234	19.062.176	(5.197.336)	13.864.840

c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	2015			2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Não Auditado	Societário
RECEITA	20.963.228	1.043.806	22.007.034	14.138.466	1.205.539	15.344.005
Fornecimento de Energia Elétrica	9.853.606	-	9.853.606	6.209.526	-	6.209.526
Energia Elétrica de Curto Prazo	50.231	-	50.231	-	-	-
Disponibilização do Sistema de Distribuição	8.161.716	-	8.161.716	6.127.209	-	6.127.209
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.703.627	-	1.703.627	762.573	344.102	1.106.675
Serviços Cobráveis	13.504	-	13.504	11.136	-	11.136
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	995.616	-	995.616	790.011	-	790.011
Receita de Construção	-	1.043.806	1.043.806	-	861.437	861.437
Outras Receitas	184.928	-	184.928	238.011	-	238.011
TRIBUTOS	(5.604.056)	-	(5.604.056)	(3.740.595)	(80.049)	(3.820.644)
ICMS	(3.658.807)	-	(3.658.807)	(2.564.586)	-	(2.564.586)
PIS-PASEP	(346.913)	-	(346.913)	(209.698)	(14.279)	(223.977)
COFINS	(1.597.902)	-	(1.597.902)	(965.884)	(65.770)	(1.031.654)
ISS	(434)	-	(434)	(427)	-	(427)
ENCARGOS – PARCELA "A"	(4.016.307)	-	(4.016.307)	(296.480)	-	(296.480)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(45.151)	-	(45.151)	(46.633)	-	(46.633)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(45.151)	-	(45.151)	(46.921)	-	(46.921)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE	(2.844.510)	-	(2.844.510)	(194.303)	-	(194.303)
Taxa de Fisc. de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(14.636)	-	(14.636)	(14.237)	-	(14.237)
Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias	(1.066.859)	-	(1.066.859)	-	-	-
Outros Encargos	-	-	-	5.614	-	5.614
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO	11.342.865	1.043.806	12.386.671	10.101.391	1.125.490	11.226.881
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	(7.806.135)	-	(7.806.135)	(6.384.095)	63.145	(6.320.950)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.992.822)	-	(6.992.822)	(5.833.967)	86.286	(5.747.681)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(813.313)	-	(813.313)	(550.128)	(23.141)	(573.269)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	3.536.730	1.043.806	4.580.536	3.717.296	1.188.635	4.905.931
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	(3.150.243)	(822.644)	(3.972.887)	(3.307.189)	(606.579)	(3.913.768)
Pessoal e Administradores	(1.215.674)	-	(1.215.674)	(1.222.384)	-	(1,222.384)
Materiais	(50.651)	-	(50.651)	(79.997)	-	(79.997)
Serviços de Terceiros	(697.484)	-	(697.484)	(735.982)	(613)	(736.595)
Arrendamentos e Aluguéis	(75.010)	-	(75.010)	(77.403)	-	(77.403)
Seguros	(1.985)	-	(1,985)	(1.908)	-	(1,908)
Doações, Contribuições e Subvenções	(10.175)	-	(10,175)	(15,101)	-	(15,101)
Provisões	(209,072)	-	(209,072)	(300,473)	-	(300,473)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	(58,014)	-	(58,014)	(39,095)	-	(39,095)
(-) Recuperação de Despesas	28,604	-	28,604	21,677	-	21,677
Tributos	(3,845)	-	(3,845)	(100,996)	-	(100,996)
Depreciação e Amortização	(618,646)	174,880	(443,766)	(678,424)	250,782	(427,642)
Custo de Construção	-	(1,043,806)	(1,043,806)	-	(861,437)	(861,437)
Gastos Diversos	(244,509)	-	(244,509)	(95,842)	-	(95,842)
Outras Receitas Operacionais	6,218	46,282	52,500	18,739	4,689	23,428
RESULTADO DA ATIVIDADE	386.487	221.162	607.649	410.107	582.056	992.163
Resultado Financeiro	(567.929)	586.397	18.468	(450.987)	58.184	(392.803)
Receitas Financeiras	660,883	586,397	1,247,280	300,230	58,184	358,414
Despesas Financeiras	(1,228,812)	-	(1,228,812)	(751,217)	-	(751,217)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro	(181.442)	807.559	626.117	(40.880)	640.240	599.360
Despesa com Impostos sobre o Lucro	18,647	(274,555)	(255,908)	48,231	(217,682)	(169,451)
Resultado Líquido do Exercício	(162.795)	533.004	370.209	7.351	422.558	429.909

d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2015	2014
		Não Auditado
Patrimônio Líquido Societário	2.695.848	2.482.227
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis		
Atualização Ativo Financeiro	(668.608)	(63.059)
Reavaliação BRR	(370.908)	(149.746)
Impostos diferidos (IR/CSLL e PIS-PASEP/COFINS)	366.062	72.355
Ajustes no PL Acumulados no exercício	(673.454)	(140.450)
Patrimônio Líquido Regulatório	2.022.394	2.341.777

e) Conciliação do Resultado Líquido Societário e Regulatório

	2015	2014 Não Auditado
Lucro Líquido Societário	370.209	429.909
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Atualização Ativo Financeiro - BRR	(605.549)	(58.184)
Ativos e passivos regulatórios	-	(344.102)
Depreciação/Amortização - Custo Histórico BRR	(174.880)	(250.782)
BRR - Perdas	(46.282)	(4.689)
Impostos diferidos (IR/CSLL e PIS-PASEP/COFINS)	293.707	235.199
Lucro Líquido Regulatório	(162.795)	7.351

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e as Demonstrações Financeiras societárias são como segue:

Ativos vinculados à concessão – Base de Remuneração Regulatória (BRR)

Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são apresentados basicamente na rubrica de ativo Imobilizado, sendo os saldos compostos pelo saldo da Base de Remuneração Regulatória homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição. Nas Demonstrações Financeiras societárias, os saldos dos ativos vinculados à concessão são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária. Os valores registrados como ativo financeiro são atualizados com base na variação do IPC-A e registrados como uma receita financeira.

Despesa de depreciação, amortização e baixas

As despesas de depreciação, amortização e baixas são maiores nas Demonstrações Contábeis Regulatórias em função da utilização da Base de Remuneração de Ativos como base para o seu cálculo, enquanto nas Demonstrações Financeiras societárias a base para o cálculo destas despesas são os valores registrados no ativo intangível, com base no custo histórico ou de aquisição.

Receita financeira – atualização do ativo financeiro

Nas Demonstrações Financeiras societárias a parcela dos ativos vinculados a concessão que foram transferidos para o ativo financeiro geram uma receita financeira em função da sua atualização pelo IPC-A, o que não ocorre para os saldos dos ativos da concessão registrados no ativo Imobilizado.

Receita e despesa de construção

São apresentados somente nas Demonstrações Financeiras societárias em função da aplicação da instrução ICPC.01 – Contratos de Concessão.

Efeitos fiscais diferidos

A Companhia registrou os efeitos fiscais diferidos, IR/CS alíquota de 34% e PIS-PASEP/COFINS, correspondentes aos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionados acima.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento a Debenturistas

Em 12 de fevereiro de 2016 foi aprovado o pagamento de juros da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 3ª Emissão de Debêntures da Cemig D, no valor total de R\$162.034. O pagamento foi realizado em 15 de fevereiro de 2016.

Emissão de Cédula de Crédito Bancário

A Cemig D emitiu, em 22 de março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$750 milhões de reais, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vincendas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016.

Emissão de Debêntures

A Cemig D concluiu, em 28 de março de 2016, sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vincendas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.



Mauro Borges Lemos
Diretor-Presidente



Márcio Lúcio Serrano
Diretor de Gestão Empresarial



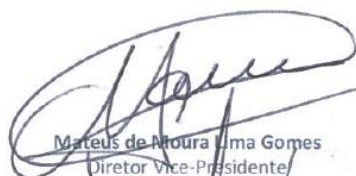
Luis Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação



Franklin Moreira Gonçalves
Diretor



Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140



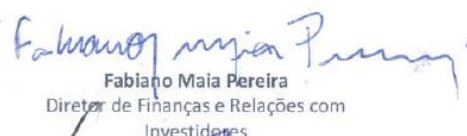
Mateus de Moura Lima Gomes
Diretor Vice-Presidente



Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Comercial



Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico



Fabiano Maia Pereira
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores



César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios



Ricardo José Charbel
Diretor de Distribuição e
Comercialização



Eduardo Lima Andrade Ferreira
Diretor de Gás



Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Ao Conselheiro de Administração
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”) através da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes.

Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Distribuição S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Cemig Distribuição S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós, nem por outros auditores independentes.

Belo Horizonte, 02 de maio de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG



Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2016

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.



Mauro Borges Lemos
Diretor Presidente



Fabiano Maia Pereira
Diretor de Finanças e Relações com Investidores



Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC: MG 53.140



Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
CRC: MG 85.260

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.